



ELQ



PORTE
PAGO

ANO VII
N.º 90
MENSAL
ABRIL
1981
PREÇO 20\$00

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS

Propriedade, Administração e Redacção
Associação dos Deficientes das Forças Armadas
Palácio da Independência — L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex

Director
J. EDUARDO L. CASCADA

Composto e impresso nas oficinas
Empresa Pública Diário Popular (EPDP)
Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

MANIFESTAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS ATÉ AO MINISTÉRIO DA DEFESA

TODOS PRESENTES NA MANIFESTAÇÃO DIA 15 DE MAIO (6.ª FEIRA) ÀS 19 HORAS EM LISBOA

• **CONCENTRAÇÃO NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, EM LISBOA, ÀS 18.30 H.**

O Governo não alterou a sua posição face às reivindicações da Associação constantes das propostas aprovadas em Assembleia Geral. Perante a recusa do Governo em satisfazer as mais elementares reivindicações dos deficientes das Forças Armadas, vamos realizar a nossa programada manifestação. Vamos revelar, perante a população, nas ruas de Lisboa, o nosso descontentamento. Vamos levar, em força, até junto do Ministério da Defesa e do Governo, a nossa discordância perante a falta de resposta às nossas mais que justas reivindicações. Vamos afirmar publicamente que não aceitaremos o destino de marginalização e miséria a que foram votados os inválidos da Primeira Grande Guerra. Vamos deixar bem

clara a nossa posição e as nossas exigências. Vamos fazer uma grande manifestação. Vamos deixar bem claro que somos uma força organizada, exclusivamente ao serviço dos nossos próprios interesses, que não pode ser ignorada nem facilmente destruída. Vamos relembrar que as vítimas da guerra não podem ser esquecidas e abandonadas. Vamos responsabilizar a Nação pelos deficientes produzidos pela guerra e pelos acidentes ocorridos no serviço militar. Vamos todos mobilizar-nos e dar uma prova do nosso querer. Vamos exigir para todos os deficientes das Forças Armadas um tratamento digno, como cidadãos de pleno direito que somos.

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
II CONGRESSO NACIONAL



Pela Reabilitação
e Reintegração
Social do
Deficiente

15, 16 e 17 MAIO 1981 NO ALCOITÃO

II CONGRESSO NACIONAL DA ADFA

DIAS 15, 16 E 17 DE MAIO NO ALCOITÃO

Os trabalhos relativos à organização do II Congresso Nacional da ADFA continuam em ritmo acelerado. Foram enviados convites a várias entidades oficiais, civis e militares, técnicos de reabilitação e organizações de deficientes.

Com a eleição dos delegados ao Congresso no dia 2 de Maio, encontram-se, assim, em fase adiantada os trabalhos relativos à realização do Congresso.

PORQUÊ A MANIFESTAÇÃO QUE VAMOS REALIZAR?

No dia 15 de Maio vamos realizar a nossa manifestação.

Os deficientes das Forças Armadas vão expressar publicamente o seu descontentamento perante a legislação que regula a sua situação e a necessidade de ser alterada.

Depois do 25 de Abril de 1974 e da criação da ADFA, os deficientes das Forças Armadas pugnaram pela revisão da legislação existente e pela aprovação de legislação mais justa. Este objectivo foi atingido em parte, mas não de forma totalmente satisfatória, com a publicação do Decreto-Lei n.º 43/76.

Porque o Decreto-Lei n.º 43/76 não resolvia a situação de todos os deficientes das Forças Armadas de uma forma justa (contemplava apenas os deficientes da campanha), a ADFA pediu desde logo a sua alteração de molde a poder

(Continua na 10.ª pág.)

ÚLTIMAS TESES DO II CONGRESSO NACIONAL DA ADFA — Pág. 4
7.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL — Pág. 5 e 9
RELATÓRIO E CONTAS DE 1980 — Pág. Centrais
ELEIÇÕES GERAIS NA ADFA — Pág. 12

A ADFA VAI TER DELEGAÇÃO NA MADEIRA

Finalmente estão criadas as condições para a Associação abrir uma delegação na Madeira.

Sete anos após a fundação da ADFA, os deficientes das Forças Armadas residentes na Madeira encontram-se ainda em situação de desigualdade relativamente aos outros deficientes residentes no resto do território nacional que vêm sendo apoiados pela Associação através das várias delegações dispersas pelo País.

Finalmente «arrancou-se» também na Madeira. No dia 26 de Abril, dois elementos da Direcção Central deslocaram-se à Madeira onde realizaram uma reunião com os só-

cios aí residentes previamente convocados. A reunião realizou-se nas instalações da Caixa de Previdência do Funchal e nela participaram 80 sócios dos 110 convocados.

Da ordem de trabalhos da reunião constava a nomeação da Comissão Instaladora da Delegação do Funchal e a nomeação dos candidatos ao II Congresso Nacional da Associação pela Madeira. Mas, além destes dois assuntos, muitos outros foram tratados, desde a função específica da ADFA e a importância da sua existência, até aos problemas actuais relativos à alteração de legislação. É de salientar que os sócios presentes,

apesar de não terem uma vida associativa participada, se encontravam perfeitamente informados acerca do percurso que a Associação tem seguido através da leitura regular do «Elo» que até eles tem chegado todos os meses. Mas esta informação, constatou-se, não é suficiente. Torna-se necessário e urgente o funcionamento da Delegação, para, por um lado, os sócios serem correctamente orientados na resolução de problemas individuais e, por outro, para se desenvolver todo um trabalho que permita a integração correcta dos deficientes das Forças Armadas, da Madeira na sociedade local, tendo em vista as características específicas daquela Região Autónoma, bem como o apoio aos familiares dos militares falecidos.

Além do entusiasmo geral dos associados, agora constatado, tem-se contado ultimamente com um empenhamento directo de alguns sócios residentes na área do Funchal e que tem feito já, inclusivamente, diligências no sentido de encontrar instalações para a delegação (um dos maiores problemas a resolver). Nestas diligências, que agora vão prosseguir mais intensamente esperamos que se encontre uma boa receptividade tanto por parte das entidades civis como militares, correspondentemente à importância e utilidade públicas que terá o funcionamento de uma Delegação da ADFA na Madeira.

A COMISSÃO INSTALADORA

Os sócios presentes na reunião, de entre vários voluntários, propuseram 6 elementos para a Comissão Instaladora da Delegação. A Direcção Central da Associação nomeou já os elementos propostos como Comissão Instaladora, tendo-os credenciado para as actividades a desenvolver junto das entidades oficiais e dos associados.

Também foram indicados 3 elementos candidatos ao Congresso:

São os seguintes os elementos que integram a Comissão Instaladora:

- Manuel Ferreira
- Jorge Anselmo de Freitas Abreu
- José Raul da Silva
- José Manuel Rodrigues Vieira
- João de Sousa
- Manuel de Freitas Gouveia.

A Comissão comprometeu-se, de imediato, a iniciar as suas actividades, reunindo regularmente e recebendo, inclusivamente, questões que os sócios pretendam apresentar.

Não havendo ainda instalações onde a Comissão vai trabalhar, um elemento

desta colocou-se à disposição dos sócios, com a sua morada e telefone, que aqui ficam indicados.

Manuel Ferreira.
Caminho da Achada, n.º 13 — Funchal.
Telefone n.º 30796.

Podendo assim, desde já, os sócios dirigir-se ao Manuel Ferreira, a sua casa ou através do telefone.

Perante mais este passo decisivo no desenvolvimento e consolidação da Associação, os actuais órgãos sociais centrais, através do «Elo», com toda a sua solidariedade, desejam sua solidariedade, desejam o melhor sucesso à futura delegação da ADFA na Madeira.

COM SUBSÍDIO DE 100 CONTOS

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN COLABORA COM A ADFA NO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO PARA DEFICIENTES

A Fundação Calouste Gulbenkian acaba de atribuir à ADFA um subsídio de 100 contos destinados à aquisição de material desportivo.

Face às dificuldades financeiras da Associação, e perante a necessidade de equipar melhor a secção de desportos da Associação, nomeadamente com a compra de cadeiras de rodas próprias para a prática do desporto, a ADFA recorreu à Fundação Calouste Gulbenkian que respondeu favoravelmente com uma ajuda preciosa.

A secção de desportos da Associação aproveita para agradecer, através do «Elo» à Fundação Calouste Gulbenkian o seu apoio e colaboração.

SÓCIOS DE PONTA DELGADA CONTINUAM A APOIAR FINANCEIRAMENTE A DELEGAÇÃO

Indica-se a seguir a relação de sócios da ADFA da delegação de Ponta Delgada (Açores) que nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março contribuíram com apoio financeiro para a delegação, bem como os respectivos quantitativos.

JANEIRO

434 — Deodato de Viveiros Faria	1 640\$00
2634 — António Branco Lopes Gonçalves	140\$00
3763 — Ezequiel da Silva Cordeiro	240\$00
4516 — Manuel Francisco Soares Alegre	640\$00
4517 — Manuel Correia de Solsa	640\$00
5240 — José Manuel Lima Rita	640\$00
5303 — Manuel de Almeida Moniz Tomé	640\$00
5317 — José Jacinto Cabral	640\$00
5528 — José Cabeceira Tavares	140\$00
5545 — Jacinto Pereira Rodrigues Roque	640\$00
5599 — João Luís do Couto Costa	640\$00
5822 — Tobias de Melo Medeiros	640\$00
5899 — João Cabral Medeiros Júnior	640\$00
5901 — João Francisco Brum Faria	640\$00
5911 — António Paiva Costa	640\$00
5918 — Virgino João Botelho da Costa	640\$00
5986 — Manuel Medeiros Graça	640\$00
6091 — Vasco Amândeo Botelho	640\$00
6111 — César Cabral Fernandes	640\$00
6174 — José Luís Cabral de Medeiros	640\$00
6189 — Manuel Eduardo Cabral	420\$00
6255 — Maria da Graça Farias Sabim	500\$00
6256 — Joana Amélia de Farias	500\$00
6257 — João de Medeiros Carazoula	280\$00
6303 — Manuel Soares Cabral da Silva	280\$00
6453 — João Manuel da Costa Massa	640\$00
6657 — Hermano Aguiar Teves	1.640\$00
6707 — João Francisco César	140\$00
6802 — José Álvaro de Medeiros Pavão	640\$00
6975 — Luís Alberto Borges Cabral	140\$00
7034 — Jeremias Pereira Leocádio	250\$00

FEVEREIRO

4787 — Francisco Pacheco Miranda	140\$00
5316 — Severiano Luís Pacheco de Almeida	1.640\$00
5329 — Liberto Almeida Carreiro	1.640\$00
5546 — António dos Santos	140\$00
5574 — António Luís Melo Castelo Branco	640\$00
5583 — António Mário de Melo Amaral	640\$00
5786 — João Maria Vieira Cidade	640\$00
5811 — Gilberto de Sousa	140\$00
5902 — António Manuel Medeiros Reis	640\$00
5910 — Virgino Alfredo de Braga	640\$00
5912 — António Peixoto Furtado	640\$00
6183 — José Manuel Soares	640\$00
6188 — Guilherme dos Santos Bem	10.158\$00
6452 — João Carlos Reboredo Botelho	1.640\$00
6743 — Edmundo de Paiva da Costa Leitão	640\$00
7081 — Agostinho Medeiros Botelho	640\$00
7292 — Luís de Melo Correia	640\$00
7764 — Manuel Duarte Estrela de Sousa	140\$00
8218 — Manuel Cabral Soares	140\$00

MARÇO

3623 — José Manuel Lourenço	600\$00
4540 — João Manuel Pacheco Furtado	140\$00
5052 — Gabriel Melo Vicente	140\$00
5219 — Duarte Manuel de Paiva	140\$00
5341 — Manuel Botelho Tavares	140\$00
5247 — Marta da Conceição de Paiva	140\$00
5404 — Manuel Botelho de Melo	140\$00
5779 — Jaime Agostinho de Medeiros Almeida	140\$00
5812 — João Luís Penacho da Estrela	640\$00
5951 — António Manuel Estêvão Gouveia	140\$00
59-7 — António Mota oBtelho	1.760\$00
5984 — Laureando Feleja de Carvalho Freitas	140\$00
6215 — João da Silva Verdinho	640\$00
6399 — Mariano Cabral	500\$00
6404 — João Luís de Arruda	640\$00
6656 — José Pacheco Chaves	1.280\$00
7384 — Carlos Januário Pacheco Agostinho	540\$00
7459 — Carlos Manuel Câmara	640\$00
7623 — João Luís Vieira	140\$00

SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 1979

Conforme noticiado no último número do «Elo», a Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 21 de Março aprovou o relatório e contas do Direcção Central relativos a 1979. Trata-se das contas que a Direcção Central anterior não apresentou em devido tempo e que a actual Direcção teve que apresentar à Assembleia no sentido de serem cumpridos os Estatutos.

A actual Direcção Central, logo que tomou posse (5 de Julho de 1980) diligenciou no sentido de serem encerradas as contas de 1979 que se encontravam ainda em estado de relativo atraso. Tal foi conseguido já em

finals de 1980, tendo nessa altura, a Direcção Central elaborado a seguinte nota e que acompanhou as contas aprovadas na Assembleia Geral de 21 de Março.

É do seguinte teor a referida nota:

«Esta Direcção e demais órgãos sociais centrais tomou posse e entrou em funções em 5-7-80 como resultado do último acto eleitoral que teve lugar no dia 21-6-80.

Ao tomar contacto com os assuntos de natureza administrativa e financeira da Associação, constatou, com preocupação, que as contas relativas ao exercício de 1979 ainda não haviam sido submetidas a exame e apreciação dos sócios, contrariamente ao que se encontra determinado nos Estatutos.

Procurada justificação para esta situação, averiguou-se não

ser tal protelamento objecto de qualquer deliberação dos órgãos sociais, nomeadamente do Conselho Fiscal.

Viu-se assim esta Direcção confrontada, logo no início do seu mandato, com um problema cuja responsabilidade lhe não cabia.

Nestas circunstâncias e dada a necessidade de resolver rapidamente a situação, já que os interesses associativos assim o exigiam, foram os serviços instruídos no sentido de proceder ao encerramento das contas referentes ao ano de 1979, elaboração dos respectivos balanços e mapas de demonstração de resultados, a fim de os mesmos serem submetidos à apreciação dos sócios em Assembleia Geral, o que agora se faz.

Paralelamente e por decisão do Secretariado foi determinado proceder a uma auditoria externa, contabilística e de gestão, por uma organização especializada, cujos resultados já apurados, irão, oportunamente, ser objecto de apreciação e deliberação dos órgãos competentes.

Pelas razões aduzidas, compreende-se que esta Direcção não pode pois emitir qualquer juízo sobre as actividades desenvolvidas ao longo do exercício de 1979.»

Também o actual Conselho Fiscal Central emitiu, na altura, o seguinte parecer:

«O Conselho Fiscal em exercício abstém-se de fazer qualquer comentário ao relatório, balanço e contas, respeitante ao exercício do ano de 1979 por tal ser da responsabilidade do Conselho Fiscal cessante, tal como se encontra definido estatutariamente.»

NO 1.º DE MAIO

A ADFA SAÚDA

OS TRABALHADORES PORTUGUESES

A ADFA saudou os trabalhadores portugueses nas suas manifestações do 1.º de Maio.

Foi do seguinte teor a mensagem que a Associação enviou às duas centrais sindicais (CGTP-IN e UGT).

«Neste dia internacional do trabalhador, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda os trabalhadores portugueses em solidariedade com a sua luta pela criação de condições dignas para quem no dia a dia dá o melhor do seu esforço na produção nacional.

tugueses na sua determinação em moldarem a sociedade futura à medida dos seus próprios anseios, tornando-a, por conseguinte, mais justa.

Especialmente neste Ano Internacional do Deficiente, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas apela para a consciência dos trabalhadores e para a decisiva influência que têm na sociedade portuguesa no sentido de serem cumpridos os objectivos do A. I. D. implantando-se em Portugal uma política nacional de reabilitação capaz de fazer do grande número de deficientes portugueses elementos activos e produtivos com uma intervenção social positiva».

JORNAL «ELO»

CAMPANHA DE DIVULGAÇÃO E ASSINATURAS

— COLABORA

PÁGINA CULTURAL

Sendo a poesia uma das mais vitais formas de participação cultural o «Elo» ao longo dos seus quase seis anos de vida tem-lhe dedicado um especial carinho, tendo por esta página passado não só os mais consagrados poetas como também aqueles que pela primeira vez viram publicado um poema seu.

Na continuação da linha seguida pelo nosso «Elo», aguardámos o envio dos vossos poemas.

Neste número publicamos poemas de Eugénio de Andrade, um dos grandes poetas contemporâneos.



UM NOME

Di-lo-ei pela cor dos teus olhos,
pela luz
onde me deito,
di-lo-ei, Deus me perdoe, pelo ódio,
pelo amor
com que toque as pedras nuas,
por uns passos verdes de ternura,
pelas adelfas,
quando as adelfas nestas ruas
podem saber a morte,
pelo mar
azul,
azul cantábrico, azul bilbau,
quando amanhece,
di-lo-ei pelo sangue
violado
e limpo e inocente,
por uma árvore,
uma só árvore, di-lo-ei:
GUERNICA.

PEQUENA ELEGIA CHAMADA DOMINGO

O domingo era uma coisa pequena,
Uma coisa tão pequena
que cabia inteirinha nos teus olhos.
Nas tuas mãos
estavam os montes e os rios
e as nuvens.
Mas as rosas,
as rosas estavam na tua boca.

Hoje os montes e os rios
e as nuvens
não vêm nas tuas mãos.
(Se ao menos elas viessem
sem montes e sem nuvens
e sem rios...)

O domingo está apenas nos meus olhos
e é grande.
Os montes estão distantes e ocultam
os rios e as nuvens
e as rosas.

RAPARIGA DESCALÇA

Chove. Uma rapariga desce a rua.
os seus pés descalços são formosos
— é neles que começa o meu amor.
São formosos e leves! O corpo alto
parte dali, e nunca se desprende.

A chuva em Abril tem o sabor do sol:
cada gota recente canta na folhagem,
O dia é um jogo inocente de luzes,
decrianças ou beijos, de fragatas.

Uma gaiota passa nos meus olhos:
fonte ou carícia, a terra é toda minha.
E a rapariga — os seus formosos pés! —
canta, corre, voa, é brisa, ao ver
o mar tão próximo e tão branco!



FRENTE A FRENTE

Nada podeis contra o amor,
contra a cor da folhagem,
contra a carícia da espuma,
contra a luz, nada podeis

Podeis dar-nos a morte,
a mais vil, isso podeis
— e é tão pouco!

ESPERA

Aqui onde o exílio
dói como agulhas fundas,
esperarei por ti
até que todas as coisas sejam mudas.

Até que uma pedra irrompa
e floresça.
Até que um pássaro que saia da garganta
e no silêncio desapareça.

SERÃO PALAVRAS SÓ...

Diremos prado bosque
primavera,
e tudo o que dissermos
é só para dizermos que fomos jovens.

Diremos mãe amor
um barco,
e só diremos que nada há
para levar ao coração.

Diremos terra ou mar
ou madressilva,
mas sem música no sangue
serão palavras só,
e só palavras, o que diremos.

TEMA N.º 15

REVISÃO ESTATUTÁRIA-TESE A

NOTA EXPLICATIVA:

Os artigos não mencionados, quer total ou parcialmente, devem ser considerados como matéria sobre a qual mantemos o texto original, constante dos Estatutos aprovados em 29/1/1977.

Proposta de alteração ou adendas

Art.º 30 — Acrescentar a palavra «devendo» logo a seguir à palavra «podendo» e retirar a palavra «todavia», relativamente à segunda linha do seu articulado.

Art.º 5.º — Alínea e) Esta alínea será alterada, passando a ter o seguinte texto: «Exigir do Estado a criação e desenvolvimento de estruturas necessárias à reabilitação e reintegração dos deficientes na sociedade.»

Art.º 8.º — Alínea b) Esta alínea deverá ser apresentada, logo a seguir à palavra ADFA, o

seguinte: «sem prejuízo do disposto no n.º 3 do Art.º 18».

Art.º 18.º — n.º 1 — Este número passa a ter a seguinte redacção: «É de dois anos a duração do mandato dos titulares dos órgãos sociais, admitindo-se a sua reeleição por mais uma vez, se consecutiva; e várias vezes, se intercaladas.» A este Artigo, acrescentamos o n.º 3, com a seguinte redacção: «Os sócios, militares no activo, enquanto se mantiverem nessa situação, são ineligíveis para os Órgãos Sociais».

Art.º 19 — n.º 1 — Acrescentar logo a seguir à palavra «demissão» a palavra «renúncia».

N.º 4 — Alterar para o seguinte texto: «No caso de impedimento, incapacidade, demissão, renúncia ou morte dos membros de qualquer Órgão Social, proceder-se-á à eleição dese Órgão no

prazo de trinta dias em AG, respectiva».

Art.º 25 — n.º 4 — «Só poderão ser tomadas deliberações sobre matéria estranha à ordem de trabalhos, se aprovadas por três quartos dos associados presentes».

Art.º 26 — N.º 1 — É alterado, ficando com a seguinte redacção: «Para os fins previstas na alínea a) do Art.º seguinte, a AGNE leitoral funcionará em AGZ e estas funcionarão em Plenários de Delegação simultâneos».

Art.º 27 — Alínea c) — Acrescentar logo a seguir a palavra «apreciar», a palavra «votar», cortando o articulado desta alínea a seguir à palavra «central». (4.ª linha).

Alínea j) — É criada esta alínea, com a seguinte redacção: «Deliberar sobre quaisquer trabalhos ou propostas que lhe sejam submetidos».

Alínea l) — É transferida para o corpo deste

Artigo a alínea g) do n.º 1 do Art.º 31.º, mantendo-se integralmente o texto.

Art.º 30 — 1 — O Articulado deste número passa a ter a seguinte redacção: «O SN é composto por 2 elementos da

MAGN, 3 da DC, 1 de cada MAGZ, 2 de cada DZ e 1 de cada DD».

Art.º 31 — Devido à anulação da alínea g), as alíneas h), i), j), l) e m) sobem uma letra desaparecendo a n).

Alínea j) — Após a al-

teração de designação desta alínea atrás apontada, é alterado período de realização do Congresso para «de três em três anos».

Art.º 42 — n.º 3 — Acrescentar a seguir a «CFZ» a «DZ».

TESES DO II CONGRESSO NACIONAL DA ADFA NÃO PUBLICADAS NO ÚLTIMO NÚMERO DO «ELO»

Conforme noticiado, no último número do «ELO» não foi possível publicar o último tema das teses do II Congresso Nacional da ADFA, por falta de espaço. Aqui fica agora publicado o tema n.º 15 «Revisão Estatutária», incluindo as duas teses, A e B.

Entretanto, a Comissão Organizadora do Congresso, logo após a saída do último número do «ELO» colocou o teor das teses agora publicado à disposição dos sócios, através de fotocópia, a fim de este tema poder ser debatido tal como os restantes.

TEMA N.º 15

REVISÃO ESTATUTÁRIA-TESE B

Criada em 1974, conheceu já a ADFA, ao longo dos seus sete anos de existência três modelos estatutários, correspondendo cada um deles a uma fase da vida associativa.

O 1.º vogorou desde a criação até meados de 1976, e a sua filosofia encerrava um carácter «centralista e burocrático», porquanto marginalizava em absoluto as potencialidades das Delegações.

Com a realização do 1.º Congresso da ADFA que se feectuou no 1.º semestre de 1976, surgiu um

novo figurino, apostando decididamente para a descentralização, indo desse modo ao encontro dos interesses da massa associativa aglutinada em torno das Delegações.

No entanto, cedo se verificou ter-se caminhado excessivamente no campo da descentralização e, decorrido 1 ano, limando-se algumas das arestas que mais obviavam a um regular e disciplinado funcionamento orgânico, fez publicar um novo modelo estatutário, fiel ao espírito do 1.º Congresso, que ainda se mantém em vigor e que cons-

titui a lei fundamental da ADFA.

Decorridos 3 anos de vigência dos actuais estatutos, mostrou a experiência e a prática associativa que encerram, em si, contradições e ambiguidades de vária ordem. Assim:

1 — Embora definam que os objectivos da ADFA são a reabilitação e a reintegração social, não clarificam a forma e modo como deverão ser atingidos.

2 — Necessário se torna de igual modo, precisar melhor quem são as pessoas em relação às quais, a ADFA deve exercer os seus fins.

3 — Não tendo sido ainda definida uma política de gestão deverão no futuro e em nosso entender, conter uma melhor clarificação no que respeita ao património e meios financeiros.

4 — O princípio da divisão da ADFA em zonas, sugere a imagem de vários «corpos associativos» pelo que se deve, no futuro, caminhar-se para uma fórmula diferenciada e de iguais objectivos.

5 — As competências e atribuições da Direcção Central não estão suficientemente precisas e a medida das responsabilidades que um órgão deste tipo deve assumir.

6 — De igual modo não são precisas as competências e atribuições da MAGN e do CFC, o que aliás acontece relativamente a todos os outros órgãos.

7 — Verifica-se não existirem suficientemente definidos os princípios de articulação e interligação entre os vários órgãos, criando-se situações contraditórias e ambíguas que expõem a ADFA a riscos e decontroles.

8 — O Secretário Nacional, órgão deliberativo máximo, não reflete numa forma representativa a vontade dos sócios, sendo, por tal motivo, muitas vezes inoperacional pela falta das necessárias estruturas de apoio.

9 — Os sócios das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira não vêem definida qualquer autonomia, contrariamente à autonomia política já adoptada nessas regiões.

Para obviar ao que atrás se referiu e tomando como base a doutrina explicitada na tese A do Tema n.º 14, pensamos que terá lugar nos próximos meses devem situar-se no seguinte quadro:

1 — A forma e modo de

atingir os objectivos ser-nos-ão dados pelas definições finais do Congresso, devendo ser expressas estatutariamente.

2 — De igual modo, através das definições finais será possível clarificar em relação às quais a ADFA deve exercer os mesmos fins.

3 — Através das opções que o Congresso definir, será possível estabelecer uma política de gestão e, desse modo, precisar o capítulo do «Património e Meios Financeiros».

4 — A substituição da divisão da ADFA em zonas por Delegações regionais com a definição clara da respectiva área de acção.

5 — Criação de uma nova estrutura designada núcleo com a definição de área, objectivos e articulações à estrutura que se lhe segue, de molde a aproveitar as potencialidades do associativismo.

6 — Uma nova orgânica para as Delegações Regionais, por forma a articulá-las à Direcção da ADFA, acabando-se com o actual sistema de

órgãos por excessivo e pouco adaptado à realidade associativa.

7 — Clarificação e precisão das competências e atribuições da Direcção da ADFA.

8 — Consagração do princípio da independência e isenção e relação ao executivo por parte da MAGN, retirando-a da composição do Secretariado Nacional.

9 — Obrigatoriedade de na constituição do CF fazer parte 1 técnico de contas ou equiparado.

10 — A constituição do Secretariado Nacional deveria conter o princípio da representatividade proporcional à densidade regional dos sócios.

11 — Os sócios das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira deverão explicar a fórmula de autonomia, tomando em atenção os princípios, o espírito e os meios da ADFA.

Ao longo dos próximos tempos, deverá ciementar-se o novo figurino estatutário, que terá que coresponder ao espírito que presidiu à criação da ADFA.

DELEGAÇÃO DA ADFA DE COIMBRA INTEGROU COMISSÃO DISTRITAL DAS COMEMORAÇÕES DO 25 DE ABRIL

A Delegação da ADFA em Coimbra participou este ano activamente nas comemorações do 25 de Abril, fazendo parte da Comissão distrital.

No âmbito das comemorações, a Associação organizou uma exposição de fotografias sobre a guerra colonial e os deficientes que esteve patente ao público no parque da cidade, tendo sido visitada por milhares de pessoas. Este-

ve também presente com uma banca com artigos da Associação.

FUTEBOL DE SALÃO

Vai realizar-se, em Lisboa, nos dias 2 e 9 de Maio, um torneio rápido de futebol de salão entre a equipa da ADFA e outras equipas de simpatizantes e amigos da Associação.

Os jogos realizam-se no campo da Base Aérea de Monsanto.

MILITARES COMEMORARAM 7.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL

A ADFA ENVIU MENSAGEM

Militares dos três ramos das Forças Armadas comemoraram, em vários pontos do País o 7.º aniversário do 25 de Abril.

Para além das comemorações oficiais realizadas pelas Forças Armadas, com um desfile em Lisboa e cerimónias em todas as unidades, os militares reuniram-se em almoço de confraternização no dia 26 de Abril.

Nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Loures reuniram-se mais de 1500 oficiais, tendo os sargentos realizado o seu almoço, em número ainda superior na Cova da Piedade. Também os ex-oficiais milicianos ligados ao 25 de Abril realizaram um almoço no Mercado do Povo, em Lisboa.

Mensagem da ADFA

A Direcção Central da ADFA enviou uma mensagem aos militares, tendo sido lida no almoço dos oficiais em Loures. Não chegou, contudo, a ser entregue no almoço dos sargentos por dificuldades de comunicação.

Foi do seguinte teor a mensagem da Associação lida e especialmente aplaudida no almoço dos oficiais do quadro permanente:

«Sete anos após o fim da violência da guerra e do regime opressor, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda os militares obreiros da paz e da liberdade, reunidos em almoço de confraternização para comemorar o 25 de Abril.»

Major Vasco Lourenço salientou relações de solidariedade entre os Militares e os Deficientes das Forças Armadas

Tal como nos anos anteriores, durante o almoço de confraternização foram proferidos discursos por três Conselheiros da Revolução (um de cada ramo das Forças Armadas). Este ano, pela primeira vez, um Conselheiro referiu-se aos deficientes das Forças Armadas e ao esforço que vêm desenvolvendo na sua integração social.

Assim, no seu discurso, a dado ponto, o major Vasco Lourenço, afirmou:

«Gostaria de fazer uma referência aos nossos camaradas deficientes das Forças Armadas, a quem nos ligam relações de profunda solidariedade, nascidas no decorrer da guerra colonial e cimentadas no seu empenho e em continuar Abril.»

«Acompanhamos com especial preocupação os seus esforços de integração social plena e em particular a sua luta pela actualização da legislação com vista a acabar com a discriminação que actualmente ainda se verifica entre acidentados de 1.ª e de 2.ª.»

Que o Ano Internacional do Deficiente dê precioso contributo para a resolução dos seus inúmeros problemas são votos sinceros que formulou.»

No seu discurso, o major Vasco Lourenço começou por se referir à importância histórica do 25 de Abril: «Aqui estamos, mais uma vez, para recordar a data que é o marco fundamental da nossa existência. Aqui nos encontramos, unidos à volta do essencial, para reafirmarmos o valor dos ideais por que nos batemos e a lealdade que continuamos a manter aos princípios que nos uniram na epopeia do 25 de Abril.»

Aqui estamos, orgulhosos de termos sido intérpretes de um acto que, por si só, justifica a razão de ser de toda a vida. Orgulhosos, sim, de termos dado ao Mundo uma autêntica lição ao levarmos a efeito — como militares que nos orgulhamos de ser — uma revolução, democrática, cheia de generosidade e espírito liberal, autêntico acto de liberdade do nosso povo, num período em que a tendência das intervenções militares, em várias partes do Mundo, era de imporem ditaduras. Orgulhosos, sim, perante os que não ousando atacar ou desdenhar do 25 de Abril, se lhe referem apenas para destacar os aspectos mais controversos do período agitado de 74-75, sem mostrarem a coragem para apontar um modelo de revolução melhor que o do 25 de Abril. É por isso que não podemos deixar de sorrir quando hoje ouvimos falar da «libertação da sociedade civil!»

O coronel Costa Neves diria a dado passo do seu discurso:

«Festejar Abril, para além de manifestação de regozijo por tão feliz data, é recordar e prestar justa homenagem aos que sofreram e aos que tombaram com honra nos longínquos campos de trabalho da injusta guerra colonial — cuja corresponsabilidade nunca enjuntaremos — mau grado os sonhos de paz que sempre acalentaram e só o 25 de Abril concretizou.»

O comandante Vítor Crespo referiu-se especialmente à guerra colonial, fazendo-o nos seguintes termos:

«É oportuno aproveitar o ensejo para desmistificar o problema do «prestígio das FA» que hoje é de novo invocado nos mesmos termos que outrora levaram ao seu isolamento e ostracismo no seio da Nação.»

Não está em causa — e não tem sido posto em causa — a forma como os militares assumiram e cumpriram as suas missões de guerra. A guerra foi feita por quase toda uma geração e não se limitou à frente de batalha. Aqui se cumpriram as missões de maior sacrifício, mas também se travou

na retaguarda, no ensino, na informação, na cultura, no aparelho produtivo, e não se condena todo um povo pelos erros e crimes dos seus governantes, quando abusivamente instalados no poder e munidos de aparelhos repressivos que lhes permitam perpetuar essa permanência.

Mas o que não aceitamos é que se confunda o sacrifício dos militares com o sentido da própria guerra, invocando-o para legitimidade desta, e identifi-cá-la, abusivamente, com objectivos nacionais e o interesse da Pátria. De novo se pretende manipular os militares, através dos fundamentos morais da sua formação, para recuperar falsos valores e iludir as responsabilidades pela guerra colonial, que só não foi levada às últimas e mais trágicas consequências para nós próprios, porque a derrota foi a tempo sustentada pelo movimento libertador do 25 de Abril. Não é difícil descortinar, a coberto dos louvores hipócritas à acção bélica dos militares, a intenção subtil de recuperar os hinos à guerra e ao próprio sistema colonial.

Não renegamos o nosso comportamento, mas recusamos o seu aproveitamento para enaltecer um sistema universalmente condenado e que nada tinha a ver com os verdadeiros interesses dos povos em luta. Cito a propósito, uma esclarecedora passagem do último livro de

Spínola, aliás insuspeito pela sua visão demagógica, contraditória e tendenciosa do processo político português, em que refere uma conversa com o então primeiro-ministro Marcelo Caetano, que em dado passo invoca «...a incidência negativa do termo da guerra no campo económico como aspecto a ter em conta, pois,

encontrando-se a economia nacional ainda em fase de arranque e voltada para a guerra, o termo desta acarretaria uma série de problemas de difícil solução...»

Sabe-se ao serviço de quem se encontrava a economia nacional de então, pelo que fácil é concluir a quem interessava a guerra e quem alimentou a longa

lista de mortos, feridos e violências em que portugueses e africanos se viram envolvidos durante 13 anos. Para a classe política de então, agora em fase de regresso às cadeiras do poder, a guerra em si não constituía o principal problema, mas era sim a chave para solução dos seus problemas.»

EM 14 DE MAIO

A ADFA COMPLETA 7 ANOS AO SERVIÇO DOS DEFICIENTES

No dia 14 de Maio a ADFA completa 7 anos de trabalho ao serviço dos deficientes e da sua integração social.

O aniversário da ADFA este ano é especialmente assinalado com a realização do II Congresso Nacional da ADFA e com a realização da manifestação de 15 de Maio, dando-se deste modo uma prova de força e vitalidade da Associação após 7 anos de actividade intensa ao serviço dos deficientes.

O 14 DE MAIO NA ADFA (SEDE)

Entretanto, na sede da Associação em Lisboa, o dia 14 de Maio será dedicado ao convívio dos sócios, através de actividades associativas e recreativas, culminando num lanche-convívio às 18 horas.

Os sócios interessados em estar presentes no lanche-convívio deverão inscrever-se no bar da Associação em Lisboa.

O 7.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL NA SEDE DA ADFA EM LISBOA

Na sede da ADFA, em Lisboa, realizaram-se este ano algumas iniciativas assinalando a passagem do 7.º aniversário do 25 de Abril.

Na noite de 24 para 25 de Abril as instalações da Associação (Palácio da Independência) estiveram abertas ao público em ambiente de festa e alegria.

Para assinalar o aniversário do 25 de Abril foi exposto no exterior do Palácio um grande painel alu-

sivo ao Ano Internacional do Deficiente, que aí permanecerá até ao fim do Ano.

Também para o exterior até de madrugada, foi transmitida música ligada ao 25 de Abril com a leitura simultânea da mensagem distribuída pela Associação à população e aqui publicada noutra local.

Esteve patente ao público uma exposição versando os temas guerra colonial, ADFA e integração social dos deficientes que foi visitada

por muitos milhares de pessoas.

Ainda na noite de 24 de Abril foi projectado duas vezes o filme «Acto dos Feitos da Guiné», um filme de alta qualidade sobre a guerra na Guiné, que foi visto com grande interesse por centenas de pessoas.

Ao longo da noite, o bar da Associação foi local de festa e de convívio.

Aproveitou-se ainda esta oportunidade para dinamizar a própria Associação e o Ano Internacional do De-

ficiente junto da população, tendo-se vendido muitos artigos com o timbre da ADFA.

Todas estas actividades se prolongaram durante os dias 25 e 26 de Abril (sábado e domingo).

Por altura do 7.º aniversário do 25 de Abril, a ADFA, precisamente porque está profundamente ligada a esta data, foi solicitada por várias pessoas, escolas e organizações, no sentido de ser facultado material de dinamização, para, de uma forma ilustrada, evocarem o 25 de Abril, naquilo que ele significou quanto à guerra colonial.

Assim, foram emprestadas fotografias à Escola Velga Beirão de Lisboa, a uma Associação Cultural do Carregado, material sobre o AID e fotografias da ADFA à Escola Manuel da Maia no Barreiro e foi ainda cedido o filme «Ecos de uma guerra» à Escola de Enfermagem da Gulbenkian.

Ainda no âmbito das comemorações do 25 de Abril foi possível à ADFA ter acesso ao écran da televisão, tendo sido transmitida uma entrevista com representantes da Associação no programa «Novos Horizontes».



Elevado número de pessoas na exposição da ADFA
Foto Farinho Lopes

CCNOD PROMOVEM ENCONTRO NACIONAL DE DEFICIENTES

A CCNOD promoveu, no passado dia 11 de Abril, um encontro nacional de deficientes no Aicoitão, em que participaram organizações de deficientes que integram aquela comissão.

A ADFA, que, como é sabido, não faz parte da CCNOD não participou neste encontro.

A Direcção Central da ADFA foi, no entanto, convidada, não tendo sido possível a sua presença devido à Assembleia Geral que se realizou no mesmo dia e à mesma hora em Lisboa.

Neste encontro foram tratadas as conclusões do I Congresso Nacional de Deficientes e os planos para o Ano Internacional do Deficiente.

EM 11 DE ABRIL

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL APROVOU RELATÓRIO DO SECRETARIADO NACIONAL E RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO CENTRAL RELATIVOS A 1980

A Assembleia Geral Nacional, realizada no passado dia 11 de Abril, analisou e aprovou o relatório de actividades do Secretariado Nacional e o relatório e contas da Direcção Central relativos a 1980, bem como o respectivo parecer do Conselho Fiscal Central. Publicam-se a seguir os relatórios aprovados, bem como os principais quadros das contas, através dos quais se demonstra a orientação financeira da Associação em 1980, e ainda o parecer do Conselho Fiscal Central.

Da ordem de trabalhos da Assembleia Geral Nacional ordinária de 11 de Abril constava ainda um ponto relativo à alteração de legislação. A Assembleia foi informada pela Direcção Central que não existem quaisquer alterações por parte do Ministério da Defesa Nacional relativamente às pretensões da Associação, pelo que se concluiu que se mantêm as razões que levaram à realização da manifestação de 15 de Maio, devendo a mesma realizar-se com uma grande mobilização dos sócios.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO SECRETARIADO NACIONAL

Cabe, nos termos da alínea d) do Art.º 31 dos Estatutos da A. D. F. A., ao Secretariado Nacional elaborar o Relatório das suas actividades e apresentá-lo à Assembleia Geral Ordinária.

A actividade desenvolvida pelo Secretariado Nacional, durante o ano de 1980, repartiu-se por duas fases. A primeira decorreu de Janeiro a Junho e foi marcada pela inactividade, já que apenas reuniu uma vez e extraordinariamente, não cumprindo o preceituado no Art.º 30, ponto 3 dos Estatutos, que obriga este Órgão a reunir ordinariamente uma vez em cada três meses.

A segunda fase decorreu de Julho a Dezembro, tendo sido antecedida por eleições para os Órgãos Sociais Centrais, efectuadas em 21 de Junho, realizando-se ao longo desse período duas reuniões Ordinárias (26 de Julho de 1980 e a 13 de Dezembro de 1980) e duas reuniões extraordinárias (a 11 e 12 de Outubro de 1980 e 8 de Novembro de 1980).

A reunião extraordinária efectuada a 12 de Março de 1980 teve como objectivo analisar o modo de participação da A. D. F. A. no 1.º Congresso Nacional de Deficientes, acabando este assunto por ser discutido numa das mais participadas Assembleias Gerais Nacionais de sempre e culminar com a demarcação da A. D. F. A. das responsabilidades de organização e participação no referido Congresso.

Devido ao prolongado tempo de inactividade, teve o Secretariado Nacional, a partir de Julho, que enfrentar a resolução de problemas de gestão, accionar medidas e mecanismos para a revisão da legislação, cujos trabalhos há muito se encontravam parados, estudar e estabelecer medidas conducentes ao estabelecimento da imagem da A. D. F. A. e promover acções visando a satisfação dos fins da A. D. F. A. (Reabilitação e Reintegração Social).

Assim, na reunião efectuada nas instalações de Coim-

bra, a 26 de Julho de 1980, para além de ter sido solicitado a todos os elementos deste Órgão a máxima colaboração para o seu bom funcionamento, apelou-se também para que os Órgãos competentes fizessem cumprir as deliberações ali tomadas.

Nesta reunião foram ainda tomadas as seguintes deliberações:

- 1 — Promover a execução de uma auditoria contabilística e de gestão, com vista ao estudo e análise da situação económico-financeira da A. D. F. A.
- 2 — Fixou as dotações para as Delegações, através da aprovação dos respectivos Orçamentos.
- 3 — Determinou um aumento de 15 por cento nas remunerações na massa salarial do pessoal que desempenha funções na A. D. F. A., ao mesmo tempo que accionou os mecanismos para a elaboração de um Regulamento

Interno de trabalho, que defina a partir de 1 de Janeiro de 1981, nomeadamente, o quadro, categorias, funções e carreiras profissionais.

4 — Procedeu à revisão das ajudas de custo para as deslocações de pessoal em serviço.

5 — Apreciou a situação das negociações da transferência da sede da A. D. F. A., através da análise do relatório apresentado pela Comissão Negociadora do Palácio.

Na reunião seguinte, efectuada nas instalações da Delegação de Setúbal, em 11 e 12 de Outubro, para além da análise e tomada de medidas relativamente à inexistência de actas das últimas reuniões do Secretariado Nacional e das Assembleias Gerais Nacionais, que se realizaram durante o mandato dos anteriores Órgãos Sociais Centrais, foram tomadas as seguintes decisões:

1 — Após apreciação de situações económico-financeiras da responsabilidade dos Órgãos Sociais Centrais anteriores, decorrentes de uma política de «Factos Consumados» deliberou, para além do apuramento de responsabilidades, obrigar no futuro os Órgãos Sociais ao cumprimento dos Orçamentos, responsabilizando pessoalmente os elementos dos órgãos que infringem esta medida.

2 — Procedeu a uma remodelação na elaboração dos Orçamentos, através da adopção de uma metodologia que possibilite aos tesoureiros das Zonas a sua discussão antecipada e em conformidade com os reais interesses de cada Delegação.

3 — Analisou a situação criada pela Direcção Central anterior, no tocante às responsabilidades assumidas perante as autoridades açorianas, quando do sismo de 1 de Janeiro de 1930, colocando-se irrealisticamente acima das estruturas oficiais e das suas possibilidades financeiras.

4 — Colocou à disposição da Direcção Central uma verba no montante de 200 mil escudos, no intuito de fazer face e minorar os casos mais prementes de sócios da Delegação de Angra do Heroísmo, atingidos pelo referido sismo.

5 — Autorizou a participação, com direito a intervenção de um representante da Delegação de Angra do Heroísmo e outro da de Ponta Delgada, nas reuniões do Secretariado Nacional, por forma a possibilitar uma melhor auscultação dos problemas que afectam os sócios da Região Autónoma dos Açores, vigorando esta medida, não institu-

cionalizada, mas geradora de resultados práticos, até à realização do 2.º Congresso Nacional da A. D. F. A.

6 — Incentivou a discussão das alterações ao Decreto-Lei n.º 43/76, no sentido de ser auscultada a opinião dos sócios, apontando aos Órgãos Regionais e Locais a necessidade de efectuar reuniões distritais e concelhias. No mesmo sentido decidiu promover uma reunião entre as Direcções de Zona, tendo em vista o estudo da posição final da A. D. F. A. sobre o assunto.

7 — Entendendo o Secretariado Nacional que situações de incompatibilidade inter-Delegações não podem existir no seio da A. D. F. A., quando se pretende trabalhar para a correcta prossecução dos fins que nos determinam, decidiu aguardar que os Órgãos Sociais da Zona Sul encontrem uma solução para a irregular tomada de posse da Lista vencedora das eleições da Delegação de Faro.

8 — Colocou à disposição da Direcção Central uma verba no montante de 200 mil escudos, a fim de ser utilizada nas infraestruturas das novas instalações da Delegação de Setúbal, em conformidade com o estipulado entre a Direcção Central e aquela Direcção.

9 — Aprovou o novo Regulamento de funcionamento deste Órgão, revogando o anterior, no sentido de dar maior operacionalidade e funcionamento aos seus trabalhos.

10 — Analisou situações decorrentes da demarcação da A. D. F. A. do 1.º Congresso Nacional de Deficientes, as notícias que a tal respeito foram divulgadas nos meios de Comunicação Social, a intromissão da C. O. D. E. F. A. na vida associativa, a intervenção por parte da A. P. D. em fazer crer que a A. D. F. A. participou no 1.º Congresso Nacional de Deficientes, e que se encontra por tal motivo ligada à C. C. N. O. D., das implicações de uma das candidaturas à Presidência da República para com a A. D. F. A.

Nesse sentido e tomando em consideração a necessidade de repor a verdade dos factos e salvaguardar os interesses da Associação, dentro de um espírito de serenidade e de uma forma construtiva, por forma a assegurar as condições positivas de trabalho, decidiu encarregar a Direcção Central de tomar as medidas necessárias para o efeito.

Ainda na sequência da decisão anterior, revogou as anteriores deliberações do Se-

cretariado Nacional acerca das relações A. D. F. A./C. O. D. E. F. A.

11 — Constituiu uma Comissão de Trabalho para a Coordenação e Dinamização das actividades a levar a efeito pela A. D. F. A. no âmbito das comemorações do Ano Internacional do Deficiente.

12 — Promoveu a realização de uma reunião extraordinária deste Órgão, para se debruçar exclusivamente sobre a realização do 2.º Congresso Nacional da A. D. F. A., em cumprimento do programa de acção dos actuais Órgãos Sociais Centrais.

13 — Inteirou-se da Reorganização de Serviços da Associação, por forma a dotá-la de uma maior operacionalidade.

14 — Promoveu a realização de um encontro de todos os Órgãos Sociais, para análise e coordenação das actividades inerentes à realização do 2.º Congresso Nacional da A. D. F. A. e das Comemorações do Ano Internacional do Deficiente.

Na reunião realizada em Lisboa, no dia 8 de Novembro de 1980, este Órgão ocupou-se da realização do 2.º Congresso Nacional da A. D. F. A., tendo definido os seus objectivos, data e local da sua realização e nomeado uma Comissão Organizadora Nacional, para se encarregar de todos os trabalhos inerentes a esta realização.

Na reunião efectuada no Porto, a 13 de Dezembro de 1980, para além de ter sido analisada detalhadamente a nomeação do Coronel Vila Lobos Vieira para o cargo de Secretário Nacional de Reabilitação, e as implicações das alterações introduzidas no Decreto-Lei n.º 346/77, de 20 de Agosto, tomou ainda as seguintes deliberações:

1 — Comparticipou financeiramente na impressão de um calendário a.u.sivo ao Ano Internacional do Deficiente.

2 — Proveu a situação financeira da A. D. F. A., para o primeiro trimestre de 1981.

3 — Aprovou o Regulamento do 2.º Congresso Nacional da A. D. F. A.

4 — Promoveu a realização de uma conferência de imprensa para divulgação do 2.º Congresso Nacional da A. D. F. A., além de outras actividades em curso.

Toda a actividade desenvolvida na 2.ª fase do ano de 1980 inseriu-se dentro do programa de acção dos actuais Órgãos Sociais Centrais, cujo desenvolvimento se processará no decorrer do próximo ano.

SECRETÁRIO NACIONAL DE REABILITAÇÃO RECEBEU DIRECÇÃO CENTRAL DA ADFA

O Secretário Nacional de Reabilitação, Cor. Villalobos, recebeu, no passado dia 29 de Abril, a Direcção Central da ADFA.

A Direcção da Associação, para além de entregar directamente ao Secretário Nacional de Reabilitação o convite para o II Congresso Nacional da ADFA, teve oportunidade de abordar algumas das questões fundamentais que neste momento se põem aos deficientes das Forças Armadas em particular e a todos os deficientes em geral.

Foi tratada a questão específica da alteração do Decreto-Lei n.º 43/76 e o projecto sobre os grandes deficientes, procurando os representantes da ADFA defender a necessidade de se proceder à alteração da legislação. A extinção da CMRA foi igualmente objecto de análise, sendo por parte da ADFA reafirmado a sua discordância com aquela medida governamental.

Relativamente ao Ano Internacional dos Deficientes, a Direcção da ADFA expressou a sua preocupação pelo facto dos órgãos de informação estatizados não estarem a dar o devido realce às comemorações, especialmente a Televisão. A ADFA, através da Direcção, solicitou ao Secretário Nacional de Reabilitação que sejam tomadas medidas no sentido de que as comemorações do A. I. D. passem a ter uma expressão pública de molde a que a população e os próprios deficientes se venham a mobilizar para os seus objectivos. Assim, foi sugerido ao Secretário Nacional de Reabilitação que exija da Televisão a realização de mesas-redondas a uma hora aconselhável (depois do telejornal, em que participe o Secretariado, as Associações de Deficientes, Membros do Conselho Nacional de Reabilitação, técnicos, representantes dos sindicatos, das associações patronais e do movimento cooperativo).

Nesta reunião a ADFA manifestou mais uma vez a sua disponibilidade e empenho para colaborar com o Secretariado Nacional de Reabilitação, já que considera este organismo de primordial importância, apoiando as orientações que entenda correctas e que sirvam os interesses dos deficientes, e reservando-se o direito de manifestar a sua discordância e posição crítica face às medidas que entender menos adequadas ou não conformes às aspirações dos deficientes.

RELATÓRIO DA DIRECÇÃO CENTRAL RELATIVO A 1980

INTRODUÇÃO

A actual Direcção Central, eleita em 21 de Junho de 1980, não pode, obviamente, responder pelas actividades da Associação durante os primeiros 6 meses desse ano. As linhas orientadoras da Associação nesse período de tempo não são claramente conhecidas, tanto mais que não se pode ir buscar os seus antecedentes lógicos ao relatório de 1979, porque, como é do conhecimento dos associados, não foi elaborado.

Para quem pretenda seguir o evoluir da Associação através dos relatórios das Direcções, terá que saltar directamente de 1978 para 1980, ficando aí uma lacuna que só as interrogações e as dúvidas poderão preencher.

A actual Direcção Central surgiu exactamente como resposta a essas interrogações e dúvidas colocadas pelos associados. Surgiu na sequência de uma ampla tomada de posição associativa que teve na Assembleia Geral Nacional Extraordinária de 12 de Abril de 1980 uma relevante expressão de que, curiosamente, não foi elaborada acta.

As actividades programadas e desencadeadas a partir de 5 de Julho de 1980 (data da tomada de posse da actual Direcção Central) reflectem, pensamos, a consciência associativa perante uma situação em que já mal se sabia onde terminavam os objectivos da ADFA e onde começavam outros que lhe são (ou deveriam ser) totalmente estranhos.

O objectivo fundamental da Direcção Central, após esse período perturbado, foi restabelecer a normalidade associativa, criando condições de vivência interna de molde a que a Associação avance e se desenvolva com a participação de todos os sócios (mas só deles) com rejeição total de quaisquer interferências estranhas. A Direcção pretendia criar condições para que a ADFA se afirmasse definitivamente com um objectivo próprio e independente (conforme previsto nos Estatutos).

Paralelamente a este objectivo, procurou a Direcção Central lançar e desenvolver as bases de uma organização de serviços que primem pela eficiência e por bem servir os sócios, pondo-se termo à degradação que se vinha verificando.

No sentido de definir claramente os caminhos que a Associação deve seguir no domínio da reabilitação e integração social, a Direcção Central comprometeu-se, conjuntamente com os restantes órgãos sociais centrais, levar a efeito um Congresso da Associação, com amplo debate e participação dos sócios, em contraponto à estranha e camuflada forma como a Direcção Central anterior queria fazer participar a Associação no 1.º Congresso Nacional de deficientes (de que a ADFA se veio a demarcar por deliberação da referida Assembleia Geral Nacional de 12 de Abril de 1980).

Os projectos lançados na última metade de 1980 vieram a frutificar já em inícios de 1981. Logo no início do mandato procurou-se, e conseguiu-se, corrigir as distorções encontradas e estabelecer um ambiente de serenidade e confiança em toda a estrutura associativa para se avançar com firmeza e determinação para o futuro à luz dos princípios da ADFA e em direcção a prossecução dos seus fins.

A nível exterior, procurou-se corrigir a imagem menos favorável que a Associação vinha tendo, dando-lhe os contornos correspondentes à sua verdadeira dimensão e fazendo afirmar e obter o res-

peito que lhe é devido na razão directa da sua força e do lugar bem definido que deve ocupar na sociedade portuguesa.

Procurou-se fazer afirmar a Associação perante o poder constituído como uma força que existe exclusivamente para defender os interesses dos deficientes, mas que o fará com uma determinação e frontalidade que lhe é característica desde os primeiros tempos.

ACTIVIDADES INTERNAS

A nível interno, considerou-se como passo fundamental e imediato, fomentar as melhores condições de trabalho entre os órgãos centrais, regionais e locais, entre a sede e as delegações, entre a Direcção e os trabalhadores. Para tal, partiu-se do princípio de que a Associação é de todos os sócios, todos nela têm lugar e todos devem contribuir para a sua defesa e desenvolvimento. As diferenças (ideológicas ou outras) que possam separar os sócios, procurou-se contrapor o interesse comum que é a afirmação da Associação como meio privilegiado de defender os seus interesses igualmente (enquanto deficientes) comuns.

Foi nesse sentido que se estabeleceu uma ligação funcional entre os trabalhadores da sede e a Direcção, garantindo-se uma orientação e desenvolvimento dos serviços mais eficazes. Igualmente se estabeleceu uma ligação entre a Direcção Central e as Direcções de Zona e de Delegações, através das várias reuniões, garantindo-se assim um caminhar ordenado, sincronizado e eficiente de toda a estrutura associativa.

São disto exemplo a apontar as deslocações que a Direcção Central efectuou às delegações de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo nos Açores, em Setembro, através das quais se desbloquearam situações difíceis, desde as relações com as autoridades civis e militares daquela região autónoma, solução dos problemas criados com falsas promessas da Direcção Central anterior quanto à reconstrução das casas de sócios atingidas pelo sismo de Janeiro, até à definição e estabilização da própria orientação daquelas delegações a nível geral de serviços, especialmente da parte financeira.

Reconhecendo-se a necessidade de redefinir a estrutura dos serviços da Associação, tomando desde logo como orientação base a valorização da qualidade em detrimento da quantidade, procurou-se definir um organograma para a sede, com descrição das funções das várias secções, levando em consideração a experiência e prática das Zonas e Delegações, como primeiro passo para uma definição definitiva dos serviços da Associação e seu modo de articulação.

Assim, em Outubro, foi aprovado o organograma dos serviços da sede e a respectiva descrição de funções.

Paralelamente a esta reestruturação, procurou-se um melhor aproveitamento dos trabalhadores, reformulando as funções que vinham exercendo e abrindo novas perspectivas à sua própria valorização profissional. Esta orientação tendia essencialmente à criação de um quadro de trabalhadores que, em número mais reduzido, mas com maior qualificação e com um aproveitamento mais adequado, melhor sirva os associados. Houve, entretanto, o comprometimento de que a Associação corresponderá com remunerações compatíveis. Foi neste sentido que se começou a preparar um projecto de estatuto de trabalhador da Associação (já aprovado no início de 1981).

Procurando uma reformulação profunda de métodos de trabalho e de gestão, realizou-se uma auditoria à sede e algumas delegações, cujos resultados foram de imediato aproveitados e virão a reflectir-se nas conclusões do Congresso.

Há que salientar que toda a orientação da Direcção Central a nível interno teve sempre em vista o 2.º Congresso Nacional da ADFA, onde serão definidas as linhas gerais da Associação para o futuro.

Durante o ano de 1980, o volume de trabalhos veio sendo maior porque o número de sócios aumentou e porque estes têm vindo com maior frequência a dirigir-se à Associação, procurando a intervenção desta na resolução dos seus problemas.

Com a admissão de mais 583 sócios em 1980 ultrapassou-se a barreira dos 8000 sócios efectivos. Número não inferior de inscrições registou-se quanto aos sócios pendentes (aguardando a entrega de prova oficial de como adquiriram uma deficiência durante a prestação do serviço militar). Em Lisboa, durante 1980, solicitaram a sua admissão na ADFA mais 282 potenciais sócios efectivos, e no Porto, a par de 150 admitidos como efectivos, ficaram inscritos 144 como pendentes.

A correspondência recebida durante o ano foi em número bastante elevado, sendo ainda superior a expedida. Só na sede foram enviadas para sócios e entidades mais de 12000 cartas.

Foram diversos os assuntos dos sócios tratados por escrito ou através do telefone. Foi, no entanto, através do atendimento directo que os serviços da Associação, a nível central e de delegações, maior o número de solicitações receberam e que de imediato resolveram ou encaminharam para as entidades competentes. Em Lisboa, só na Secretaria, foram atendidos uma média de 22 sócios por dia. A delegação do Porto, por exemplo, atendeu, durante o ano, 1800 sócios.

Foram os serviços de Apoio Social, em que se integram as secretarias, que mais directamente lidaram com os sócios, quer tratando de questões relacionadas com os seus processos militares, quer de assistência médica, medicamentosa, social, habitação, adaptação e compra de viaturas, etc.

Todas as delegações se encontram preparadas para atender os sócios e resolver directamente a maior parte dos problemas enquadrados na área do Apoio Social. A delegação de Viseu, por exemplo, encaminhou 50 requerimentos de associados e a delegação de Coimbra 67. A sede, só por si, elaborou e enviou às entidades competentes 216 requerimentos, sendo 84 pedidos de revisão processual.

Nos recursos para o Supremo Tribunal Administrativo, na sequência de indeferimentos dos chefes de Estado Maior, os sócios continuaram a obter apoio, nomeadamente naqueles que os serviços jurídicos da Associação veem possibilidades mínimas de êxito. Durante o ano foram apresentados 12 recursos tendo-se ganho 6 no mesmo ano.

Ao longo do ano, a Associação manteve as melhores relações com os Serviços Sociais das Forças Armadas, funcionando como representante destes junto dos deficientes sócios da ADFA. A delegação de Viseu, por exemplo, e como já é tradicional, desenvolveu trabalho interno neste domínio, tendo enviado para os S. S. F. A. 513 officios ao longo do ano. A delegação de Coimbra inscreveu 72 sócios nos SSFA.

Relativamente à assistência médica, foram consultados no Posto Clínico da Associação

em Lisboa 326 sócios e familiares. Foram ainda obtidas 30 consultas gratuitas em especialistas que vêm colaborando com a ADFA. Foram fornecidos vários medicamentos receitados a sócios recebidos de laboratórios que vêm colaborando com a Associação. Os medicamentos fornecidos gratuitamente pelos laboratórios, em 1980, prefazem um montante de 172 mil escudos.

No domínio da Assistência Social, para além das informações várias e esclarecimentos, foram apoiados directamente vários associados, nomeadamente em internamentos em hospitais psiquiátricos, no Hospital Militar, assistência protésica, etc. Foram atendidas algumas situações excepcionais, nos termos das normas do fundo de Assistência Social, tendo-se concedido, na sede, empréstimos no valor de 34.940\$00.

Do subsídio que a Fundação Calouste Gulbenkian regularmente vem atribuindo à ADFA para apoio na compra de cadeiras de rodas, triciclos motorizados e viaturas próprias, a ADFA atribuiu a sócios, em 1980, 200.000\$00.

Os serviços de Reabilitação Educação e Cultura, Desporto e Dinamização vinham funcionando de forma desarticulada, garantindo-se no final do ano um melhor enquadramento através do organograma aprovado.

A acção da Associação no domínio de reabilitação teve essencialmente uma expressão externa, funcionando a secção de reabilitação profissional de uma forma rotineira sem resultados no campo da colocação de sócios no trabalho dignos de especial registo. A reactivação desta secção começou já no final do ano a produzir efeitos e a registar resultados concretos, mas que pertencem já ao âmbito de 1981. Todas as delegações se esforçaram neste domínio, também sem resultados dignos de registo.

A Escola da Associação, reconhecida oficialmente pelo Ministério da Educação e Cultura, facultou a mais alguns sócios a sua frequência.

Na sede foram 21 os sócios da Associação que frequentaram as aulas nos diferentes graus de ensino Primário, Preparatório e Secundário.

Ainda na sede funcionou um curso de Inglês com uma frequência inicial de 35 alunos.

Na delegação de Évora funcionaram aulas de ensino Primário frequentadas por 10 sócios.

Em Outubro iniciou-se mais um ano lectivo na Escola da Associação, com frequência equivalente à do ano anterior.

Há ainda a salientar o apoio dado à generalidade dos sócios estudantes em outros estabelecimentos de ensino, através de informações e material didáctico.

Os Serviços de Desporto na sede, com a ausência do seu responsável (num curso militar) tiveram uma certa estagnação vindo a ser reactivados no final do ano, especialmente a parte de natação para sócios e para crianças filhos de sócios. Nos últimos meses do ano procedeu-se a uma preparação deste serviço no sentido de se lançar um programa desportivo ambicioso durante o Ano Internacional do Deficiente.

É de assinalar, no domínio desportivo, os tradicionais concursos de pesca realizados pela delegação de Évora e Coimbra, esta com dois concursos, um de mar e outro de rio, com centenas de participantes. Este ano a registar também na delegação do Porto.

O futebol de salão fomentou ainda de algum modo as relações desportivas entre elementos das delegações, nomeadamente num torneio realizado na delegação de Évora.

No domínio da dinamiza-

ção associativa haverá a salientar lacunas, tais como as apagadas comemorações do aniversário da Associação e do 25 de Abril que a anterior Direcção levou a efeito. Quanto aos aspectos positivos, há a salientar o número elevado de reuniões de sócios realizadas nos últimos meses do ano, um jantar convívio no aniversário do «ELO» (23 de Novembro) e as festas de Natal que, apesar da fraca disponibilidade de verbas, o que se reflectiu nas prendas para as crianças, decorreram de forma participada (milhares de crianças e sócios em todas as delegações) e com o maior entusiasmo associativo. Em Lisboa, por exemplo, realizou-se a festa melhor organizada de sempre.

O complexo oficial da ADFA tem de assinalável, no ano de 1980, o facto de a oficina de próteses do Porto se afirmar em franca expansão e desenvolvimento e de as oficinas de Lisboa, nomeadamente a Tipografia e Fotografia terem sido objecto de medidas tendentes à auto-suficiência.

Na oficina ortopédica registou-se um aumento significativo do número de próteses executadas para civis, quer novas (27%), quer consertos (72%).

O aumento verificado no número de próteses executadas para deficientes militares foi respectivamente de 12% e 35%. No total foram executadas 150 próteses novas e 113 consertos. Quanto a ortóteses foram executadas 41 novas e 5 consertos.

A Tipografia da Associação, em Lisboa, de difícil equilíbrio financeiro, encontrava-se em situação preocupante quando a actual Direcção tomou posse, tendo merecido uma especial atenção, que veio a reflectir-se no apuramento dos resultados finais, conforme as contas o indicam.

Para o estúdio fotográfico foi garantido a auto-suficiência, através da realização de todos os trabalhos fotográficos (revelações) da Manutenção Militar.

Um dos aspectos em cuja normalização a actual Direcção Central mais se empenhou foi a publicação do «ELO».

Com saída irregular (e não publicação em alguns meses) durante os primeiros 6 meses de 1980, informando escassamente os sócios sobre as actividades associativas e os assuntos fundamentais que lhes interessam, passou no último semestre a sair a tempo e com a informação necessária. O material de informação, resultado directo da acção dinâmica imprimida a toda a estrutura associativa e das actividades no exterior, tem abundado e as páginas de jornal não têm faltado mensalmente com esta imprensa junto dos sócios. Tudo o que se passa a nível associativo e que aos sócios interessa tem sido informado de forma correcta, nada escamoteando e nada iludindo, levando aos sócios, através do «ELO» a Associação que temos.

Desenvolveu-se um grande esforço no âmbito da Contabilidade, lançando-se as bases para uma centralização, o que exigiu uma mecanização e contratação de pessoal técnico, com reflexos substanciais de encargos, mas compensativos no futuro, porque aliviaria em muito o esforço das delegações e garantirão uma maior eficiência a toda a Associação.

Ainda a nível interno, não propriamente da responsabilidade da Direcção Central, mas da Comissão nomeada em Assembleia Geral há a referir as negociações realizadas com o Ministério da Defesa Nacional quanto à transferência da sede da ADFA. Depois de se ter praticamen-

te chegado a acordo quanto ao local da nova sede da Associação (alameda das Linhas de Torres) surgiram dificuldades de ordem urbanística a nível da Câmara Municipal de Lisboa, tendo-se chegado ao fim de 1980 sem uma conclusão final.

ACTIVIDADES EXTERNAS

Considerando que a Associação tem como função ser o porta-voz de todos os seus associados junto dos governos, reivindicando a solução dos problemas deste, logo após a tomada de posse da Direcção Central procurou-se obter relações de diálogo com o Ministério da Defesa Nacional a fim de se poder retomar a discussão sobre a alteração da legislação que naquele Ministério há anos vem a ser estudada e que no mandato da Direcção anterior havia sido interrompida.

Assim, em Setembro, o Ministério da Defesa entregou à ADFA um anteprojecto de alteração do Decreto-Lei n.º 43/76. Este anteprojecto, contendo já bastantes aspectos positivos e aceitáveis, não contemplava ainda certas situações fundamentais, como os deficientes não considerados em serviço e dava um tratamento contraditório a algumas questões e outro menos correcto a outras, pelo que se tornava necessária uma discussão ou negociação com o Ministério da Defesa.

Foram acordados os termos em que essa discussão se iria desenrolar, tendo desde logo, a Direcção Central levado até ao Ministério as preocupações fundamentais da Associação e as situações que pretendia ver salvaguardadas, e que se resumiam essencialmente à clarificação do conceito de deficiente das Forças Armadas e consideração da situação dos deficientes não em serviço com inclusão no novo diploma do projecto de decreto-lei (já aprovado pelo Conselho da Revolução) sobre os grandes deficientes.

As negociações, bem encaminhadas no princípio, vieram a malograr-se tendo o Ministério comunicado em Dezembro que as alterações ao Decreto-Lei n.º 43/76 estavam a decorrer a outro «nível do governo». O que veio no seguimento desta posição do Ministério é já do domínio de 1981 e, por conseguinte, não objecto deste relatório.

Entretanto, a Direcção Central, logo que recebeu o projecto de alteração do Decreto-Lei n.º 43/76, activou toda a Associação, dinamizando os sócios para a discussão das propostas apresentadas e formulação da posição da ADFA. Várias reuniões tiveram lugar em Lisboa e em outros pontos do País para discutir este assunto que que constituiu um primeiro impulso para o despertar dos sócios de uma perigosa letargia em que iam mergulhados.

Ao longo do ano a ADFA manteve-se presente nas reuniões da CMRA pugnando pela defesa dos casos de sócios que por aí iam passando no âmbito da revisão processual.

Relativamente à actuação da ADFA no âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação, o ano de 1980 não foi muito produtivo. Isto, essencialmente, porque o Conselho Nacional de Reabilitação esteve grande parte do ano sem reunir, devido às questões burocráticas de confirmação dos vogais na sequência da substituição de governos. Nas reuniões realizadas já no final do ano, com a participação do vogal da ADFA, há a salientar a aprovação de um projecto de decreto-lei sobre o designado Estatuto do Trabalho Protegido elaborado por um grupo de trabalho no Se-

RELATÓRIO E CONTAS DE 1980

(Continuação da página anterior)
cretariado em que participou um representante da Associação. Há a salientar também a aprovação pelo Conselho Nacional de Reabilitação de um projecto de estrutura organizativa para o Ano Internacional do Deficiente que o Governo veio a publicar com profundas alterações.

Ainda relativamente ao Secretariado Nacional de Reabilitação, há a realçar, em Dezembro, a substituição do Secretário Nacional. A ADFA, nos termos do Decreto-Lei n.º 346/77, foi ouvida, tendo discordado da indicação do actual Secretário Nacional (revelado publicamente através de um comunicado) e proposta uma outra pessoa (Dr. Carlos Pereira) que pela sua prática e empenhamento no associativismo de deficientes dava garantia do cumprimento dos objectivos do Secretariado.

Nessa altura pronunciou-se igualmente sobre a alteração do decreto-lei que cria o Secretariado Nacional de Reabilitação.

Ao longo do ano de 1980, a ADFA participou com um representante num grupo de trabalho que funcionou na Câmara Municipal de Lisboa sobre transporte para deficientes. Este grupo de trabalho apresentou em Maio uma proposta concreta ao governo sobre o lançamento de mini-autocarros adaptados para deficientes em Lisboa como experiência-piloto, não tendo a Câmara como entidade fundamental neste processo, dispensado o

apoio e atenção necessários. Posteriormente, a Direcção Central efectuou diligências para ultrapassar o impasse em que haviam caído os resultados do referido grupo de trabalho, vindo o mesmo a retomar as suas actividades já em princípios de 1981.

Em Outubro foi constituído, no Secretariado Nacional de Reabilitação, um grupo de trabalho para encontrar as formas de integração dos deficientes no sector privado e no sector público empresarial. A ADFA passou a fazer parte deste grupo de trabalho com um representante seu.

Também em Outubro, a ADFA integrou, com um representante, um grupo de trabalho sobre estatística dos deficientes a funcionar no âmbito do Conselho Nacional de Estatística.

Pouco tempo após a tomada de posse, a actual Direcção Central reuniu com a Direcção da APD (Associação Portuguesa de Deficientes), tendo oportunidade de explicar as razões porque a ADFA se havia demarcado do 1.º Congresso Nacional de Deficientes (por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Abril). É de salientar que a Direcção Central anterior permitiu que essas razões tivessem sido deturpadas através de alguns órgãos de informação, sendo necessário que as direcções das delegações tornassem públicas algumas correcções.

Nesta reunião com a APD ficou claro que a ADFA valoriza a conjugação de esfor-

ços de todos os deficientes através das suas Associações para atingir os objectivos que são comuns (integração social), mas os deficientes das Forças Armadas não aceitam ser empurrados para situações de facto, sem uma profunda discussão prévia. A APD foi ainda informada que a ADFA, através do seu Congresso, a realizar em breve, iria definir a sua disponibilidade neste campo.

Prevedendo-se as insuficiências das comemorações do Ano Internacional do Deficiente a nível oficial, a Direcção Central empenhou-se nos últimos meses de 1980 na preparação da própria actuação da ADFA no AID. Este foi um dos temas tratados numa conferência de imprensa realizada em Dezembro e em que se aproveitou para dar uma imagem correcta da Associação aos órgãos de informação, deixando-se bem claros os objectivos a atingir e a prática que se está a seguir.

IV CONCLUSÕES

Pode-se concluir que os 6 meses de mandato da actual Direcção Central durante o ano de 1980 se caracterizam essencialmente pelo seguinte: Correção de anomalias encontradas e reformulação de métodos tendentes ao lançamento de uma gestão eficiente a curto prazo, com reflexos em 1981, e a longo prazo, passando pelas conclusões do Congresso.

A actual Direcção Central

está convicta (e pensa que dessa convicção comunga a massa associativa) que em meados de 1980 se gerou uma dinâmica capaz de encontrar nos próprios recursos da ADFA um projecto firme que encerre em si uma qualidade e eficiência para salvaguardar os interesses dos associados e simultaneamente garantir uma longa vida à Associação.

O trabalho desenvolvido em 1980 e a orientação imprimida, quer a nível interno, quer a nível externo, apontam inequivocamente nesse sentido. A criação de um clima de serenidade, entendimento e oportunidade de participação de todos os sócios, terá sido já uma garantia grande para a afirmação deste projecto, já que a grande

força que a ADFA pode ter, e necessita de ter, só lhe advirá da mobilização de todos os sócios, tendo em vista objectivos comuns. Conseguir essa mobilização, garantindo essa força, aliada à razão que nos assiste, as barreiras da integração social ainda não derrubadas não conseguirão resistir-nos.

Este foi o desafio lançado a todos os sócios em meados de 1980. E dizemos a todos, porque todos nos havemos de convencer que entusiasmos de sucessos fáceis que não passem pelo nosso próprio esforço, soluções que não sejam por nós construídas, em suma, Associação que não se afirma pela imensa força que reside na vontade dos sócios, será totalmen-

te um empreendimento falhado a que sucederá a frustração, a divisão e o consumo das nossas próprias energias em lutas internas.

Em 1981, Ano Internacional do Deficiente a ADFA deixará, externamente, bem marcada a sua capacidade, bem definida a sua imagem e bem afirmados os seus objectivos; internamente será o grande exercício de um trabalho de todos e de um sintonizar de interesses dentro da salutar variedade de perspectivas e opiniões cujo confronto em discussão, são a mola do progresso.

Este é o voto da Direcção Central para 1981 e este é o espírito que a anima no prosseguimento do seu mandato neste ano.

CONTAS DE 1980

1. Introdução

Porque nem todos os associados tiveram oportunidade de estar presentes na Assembleia Geral de 11 de Abril, que discutiu e aprovou o relatório e contas referentes ao exercício de 1980, solicitou-nos o Director do ELO, que levássemos ao conhecimento dos sócios, que por qualquer razão estivessem ausentes, através de um comentário técnico, alguns aspectos fundamentais contidos nos documentos apreciados e que por serem extremamente detalhados, se torna impossível publicar na íntegra no jornal, embora se encontrem à disposição dos interessados, tanto na sede como nas delegações, para consulta e análise.

De facto, este ano, e após profundas reformas introduzidas nos serviços de Contabilidade da Sede, a apresentação das contas aqui elaboradas não se resumiu a meia dúzia de mapas carregados de números sem significado para a maioria dos sócios, mas proporcionou, pela pri-

meira vez nesta casa, através da apresentação e desenvolvimento circunstanciado das sub-contas, um conjunto de informações, que permitissem aos sócios uma análise minuciosa consciente e fundamentada, sobre a aplicação e origem dos recursos financeiros da Associação.

Também a delegação do Porto, que centralizou a contabilidade daquela zona, melhorou significativamente a apresentação técnica das contas da Zona Norte, fazendo acompanhar os seus mapas de notas explicativas muito úteis para a leitura dos números referidos. Realça-se tal atitude, por nos parecer que este ano foram dados passos seguros para o aperfeiçoamento dos serviços de contabilidade.

Infelizmente o nível técnico atingido nas delegações através referidas — Sede e Porto — não foi partilhado pelas restantes delegações que continuam a revelar insuficiências na apresentação das suas contas.

Essas insuficiências, de natureza técnica, dificultam a leitura dos números e não permitem uma análise consistente das contas por ausência de informação.

Não pudemos deixar de o referir, pois tal situação obsta a que se elaborem mapas consolidados, que nos dariam uma perspectiva real do património da ADFA no seu conjunto. A ausência desses mapas, constitui uma lacuna, que sabemos estar nas preocupações da actual Direcção e que acreditamos venha a encontrar solução a médio prazo.

2. Análise breve das contas

Posto isto, pensamos ser importante publicar o Balanço e Demonstração de resultados referentes ao Secretariado, que acompanhados com algumas informações complementares, que tentemos sejam esclarecedoras, nos dará uma perspectiva genérica e global sobre a situação financeira da ADFA.

SECRETARIADO — BALANÇO

ACTIVO		PASSIVO	
Créditos a curto prazo		Débitos a curto prazo	
Depósitos a prazo ..	5.500.000\$00	Outros devedores c/gerais	1.416.724\$40
Outros devedores ..	3.717.910\$68	Total do Passivo	1.416.724\$40
Imobilizações financeiras		SITUAÇÃO LÍQUIDA	
Obrigações e outros títulos	2.000.000\$00	Resultados transitados	
Previsões	80.000\$00	1977/78	8.248.646\$78
		1979	871.809\$36
		Resultados líquidos	
		Resultados correntes do exercício	610.636\$80
		Resultado extraordinário do exercício	9.906\$40
		Total situação líquida	9.721.186\$28
Total do activo	11.137.910\$68	Total do Passivo + sit. líq.	11.137.910\$68

SECRETARIADO — DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESPESAS		RECEITAS	
Fornecimento e serviços de terceiros	407.727\$00	Subsídios destinados à exploração	19.300.000\$00
Outras despesas	20.103.859\$40	Receitas de aplicações financeiras	1.422.223\$80
Perdas extraord. do exercício	9.906\$40	Outras receitas	400.000\$00
Resultados líquidos	600.730\$20		
	21.122.223\$00		21.122.223\$00

Dos valores apresentados devemos esclarecer que os 20 511 586\$40 de despesas foram assim aplicados:

a) Despesas com o 1.º Congresso Nacional de Deficientes, 723 637\$00.

b) Dotações orçamentais 19 787 949\$00. Assim distribuídos:

Sede	8 276 048\$70
A. Heroísmo ..	454 077\$60
Bragança	248 858\$60
C. Branco	411 582\$00
Coimbra	1 273 225\$30
Évora	1 229 242\$90
Famalicão	429 152\$10
Faro	273 174\$30
P. Delgada	1 051 616\$30
Porto	3 958 561\$00
Setúbal	249 214\$90

Tipografia 709 122\$70
Viseu 1 224 073\$00

A utilização destas verbas pelas delegações encontra-se justificada nas respectivas demonstrações de resultados e da sua análise podemos extrair as seguintes conclusões:

a) Cerca de 14 000 contos foram absorvidos por despesas com pessoal, valor este que representa 72 por cento do total das dotações e não inclui os honorários pagos em algumas delegações.

b) Perto de 1200 contos foram gastos com deslocações e estadias ou seja 6 por cento das verbas distribuídas.

c) Em comunicação dispenderam-se 850 contos que

representa 4 por cento da dotação orçamental.

É outras conclusões poderíamos apurar, todas no mesmo sentido, isto é, a generalidade das despesas são resultantes de custos correntes, não tendo praticamente significado as verbas aplicadas em investimentos com o consequente enriquecimento do património da Associação.

Tal facto, permite-nos afirmar que são extremamente dispendiosas as estruturas da ADFA, absorvendo a quase totalidade das receitas, facto que deve merecer a reflexão dos sócios e a preocupação dos órgãos directivos.

O chefe do Departamento Administrativo e Financeiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO CENTRAL RELATIVO AO ANO DE 1980

Vem este Conselho Fiscal, nos termos estatutários, dar o seu Parecer sobre o Relatório de Actividades e Contas referente ao exercício de 1980.

O relatório circunstanciado apresentado pela Direcção Central sobre as principais acções desenvolvidas ao longo dos últimos meses, constitui não só um diagnóstico muito oportuno e completo sobre as realidades da ADFA, mas também a explanação das medidas tomadas e em curso que a Direcção Central entendeu melhor servirem os interesses associativos e decorrentes do seu próprio programa de acção apresentado aos sócios aquando da sua eleição.

Temos acompanhado com interesse todas as iniciativas dos Órgãos Sociais executivos e podemos garantir aos sócios que os objectivos perseguidos e as acções desenvolvidas se enquadram no rigoroso cumprimento das disposições estatutárias.

Temos de realçar a preocupação que a Direcção vem manifestando na consolidação e engrandecimento da ADFA, introduzindo reformas corajosas e moralizando os diversos serviços no sentido de se conseguir um trabalho responsável que só beneficia os próprios sócios e dignifica a Associação.

O lançamento de estruturas organizativas sólidas apoiadas na competência técnica vem dando os seus resultados bem visíveis a nível de apresentação de contas, onde na Sede pela primeira vez os sócios dispõem de informações detalhadas sobre a aplicação dos fundos que nos são confiados, indispensáveis para a sua apreciação e crítica.

O exemplo da Sede levamos a sugerir que a Direcção acelere o processo de Centralização de Contabilidade de forma a obviar às dificuldades que as delegações vêm sentindo na elaboração e apresentação de contas.

Neste aspecto não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação em rela-

ção aos documentos contabilísticos de algumas delegações que são tecnicamente imperfeitos.

Tanto a delegação de Évora como a de Ponta Delgada se revelam pouco exigentes na elaboração técnica dos seus balancetes e demonstração de resultados, facto que não podemos deixar de lamentar e justificam a necessidade de se avançar rapidamente para a centralização, na Sede, da Contabilidade das delegações, como já referimos.

Quanto às Contas aqui inseridas, não iremos pronunciar-nos sobre as referentes às Zonas, pois já foram objecto de análise em Assembleias Regionais próprias. Iremos apenas debruçar-nos sobre o Secretariado e a Sede.

Quanto ao Secretariado, gostaríamos de chamar a atenção para o seguinte:

a) Verificamos que em relação ao ano transacto, o subsídio atribuído pelo Ministério da Defesa Nacional sofreu um aumento de 10 por cento cifrando-se em 19 300 000\$00 aumento que ficou aquém do índice inflacionário registado no mesmo período, reduzindo assim a capacidade financeira da Associação.

b) Os resultados correntes do exercício foram apenas de 610 636\$80 o que reflecte bem a exiguidade das verbas disponíveis e a necessidade de se realizar tanto quanto possível uma política de contenção de despesas.

c) A nível do Secretariado constata-se ainda a existência de depósitos a prazo no valor de Esc. 5 500 000\$00, que se vêm renovando desde 1977. Trata-se de uma situação a merecer a atenção do Secretariado, pois julga-se mais vantajosa a aplicação financeira de parte desses recursos de forma a evitar o desgaste de inflação.

d) Queremos finalmente referir ainda que, da análise feita às dotações Orçamentais atribuídas durante o exercício de 1980 às Delegações, achamos particularmente elevadas

as verbas de Ponta Delgada e Coimbra quando comparadas com outras Delegações do mesmo nível e dimensão como é o caso de Angra do Heroísmo e Castelo Branco.

Quanto à Sede, as suas contas merecem-nos os seguintes comentários:

a) No que se refere à Sede propriamente dita, julgamos que o saldo da conta «empréstimos a sócios» 415 contos nos parece elevado. Pelo que averiguámos, trata-se de verbas relativas a despesas de Contencioso relacionadas com recursos e que são facultadas aos sócios com a única condição de reembolsarem a ADFA no caso de ganharem o recurso. Julgamos tratar-se de uma situação a rever futuramente.

Também o saldo de Contas referente à Editorial Minerva, que é de 1 723 797\$50 deve merecer uma atenção especial da Direcção no sentido de se conseguir reaver através de um plano de amortização a combinar com aquela Editora.

Quanto aos resultados das oficinas, mais uma vez constatamos os elevados prejuízos da Tipografia, embora tenhamos de ter em consideração as Amortizações e Provisões criadas no exercício e que são de 930 770\$00. Contudo, quer-nos parecer que, não obstante isso, estão ao alcance da Tipografia melhores resultados.

Sugere-se, pois, à Direcção a tomada de medidas administrativas, financeiras e económicas no sentido de inverter a tendência actual dos resultados.

Quanto à electrónica, achamos exagerados os prejuízos já que as reparações efectuadas não chegam sequer para cobrir os salários. Não obstante as referências e comentários feitos, julgamos que, na sua generalidade, a ADFA teve uma acção positiva na defesa dos interesses dos seus associados e sai reforçada ao fim deste ano.

Propomos que sejam aprovados o Relatório e Contas do exercício de 1980.

NO 7.º ANIVERSÁRIO

A ADFA SAUDOU O 25 DE ABRIL E A LIBERDADE CONQUISTADA

A Direcção Central da ADFA, a propósito das comemorações do 7.º Aniversário do 25 de Abril, distribuiu aos órgãos de Informação o seguinte comunicado:

«Ao passar o 7.º aniversário do 25 de Abril, data que permanece como o símbolo da esperança de uma sociedade mais justa, comemora-se também o Ano Internacional do Deficiente, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o qual se pretende chamar a atenção da consciência da humanidade para o lugar de pleno direito que os deficientes devem ocupar na sociedade.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda o 25 de Abril com a liberdade que possibilitou fazer do Povo Português obreiro do seu próprio futuro.

A Associação dos Deficien-

tes das Forças Armadas saúda também e comemora o Ano Internacional do Deficiente como oportunidade ímpar de os deficientes exigirem dos governos e da sociedade as condições necessárias para um futuro digno e à medida de cidadãos não discriminados que querem ser. Mas, para além de um ano que consciencialize a sociedade, os deficientes querem uma vida com os seus direitos realizados.

II CONGRESSO NACIONAL DA ADFA

Nos dias 15, 16 e 17 de Maio, nas instalações do Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, a ADFA vai

realizar o seu II Congresso Nacional.

Neste congresso, enquadrado nas comemorações do Ano Internacional do Deficiente, procurar-se-á encontrar soluções para os problemas, ainda em aberto, provocados pela longa e injusta guerra colonial, materializados em milhares de deficientes e militares falecidos. Para além de soluções específicas no âmbito dos deficientes das Forças Armadas, a ADFA propõe a adopção de um conjunto de medidas respeitantes aos diversos domínios da reabilitação e da integração social e que interessam a todos os deficientes portugueses. Desde a reformulação de métodos, alteração das estruturas oficiais da reabilitação, até à revisão constitucional, serão indicadas medidas concretas e eficientes em função da realidade que são os deficientes

presentemente em Portugal. De salientar ainda a discussão das formas de ligação da ADFA com as restantes organizações de deficientes, procurando-se encontrar uma forma organizativa nacional que mobilize a imensa força que reside nos deficientes como único meio de fazer valer os seus direitos. A ADFA revela assim a sua disponibilidade para o desenvolvimento de um grande movimento de deficientes à escala nacional, mas que assente no associativismo autónomo, sem aproveitamentos político-partidários, porque a força dos deficientes é suficiente para se afirmar só por si:

MANIFESTAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS EM 15 DE MAIO

No dia 15 de Maio, às 18 horas, os deficientes das Forças Armadas vão realizar uma manifestação até ao Ministério da Defesa Nacional.

Esta manifestação surge perante a falta de resposta do governo às mais elementares reivindicações dos deficientes das Forças Armadas.

A ADFA pretende atenuar as gritantes diferenças de tratamento legal que existem entre os deficientes das Forças Armadas. Pretende-se que o estatuto concedido aos deficientes da campanha D(ecreto-Lei n.º 43/76) seja em parte alargado aos deficientes do serviço e aos grandes deficientes não considerados em serviço.

Trata-se de um problema há muito equacionado pelo Ministério da Defesa Nacional consubstanciado em dois projectos de decreto-lei que contemplam em muito as actuais reivindicações da ADFA. Em Setembro de 1980 o Ministério da Defesa dizia que se tratava de um assunto que «tinha pés para andar». Actualmente está este assunto «congelado» no mesmo Ministério.

A ADFA não compreende as razões, especialmente no Ano Internacional do Deficiente, da perspectiva de retrocesso que de repente passou a vingar no Ministério da Defesa Nacional.

Os deficientes das Forças Armadas vão exprimir o seu descontentamento em manifestação pública.

O GOVERNO NÃO ESTÁ A DAR A ÊNFASE MERCIDA AO ANO INTERNACIONAL DO DEFICIENTE

Na passagem de mais um aniversário do 25 de Abril, essencialmente destinado às camadas sociais mais desfavorecidas, é oportuno chamar a atenção da opinião pública para a falta de realce e apoio que o Ano Internacional do Deficiente é objecto.

O Governo Português não está a corresponder às determinações da ONU nem às expectativas geradas entre os deficientes e a população.

Afectando verbas irrisórias às comemorações, mantendo os órgãos de informação estatizados alheios do AID, tomando iniciativas sem vulto, a população e os próprios deficientes mantêm-se na ignorância. Portugal, como membro da ONU, serena a sua consciência aderindo teoricamente a esta iniciativa, mas deixa internamente o dever mal cumprido e os deficientes portugueses, no final, ainda mais distanciados dos deficientes de outros países na realização dos seus direitos.»

A TECNOLOGIA E OS CEGOS

Se outrora a cegueira era algo de imobilizante, algo que dava e conduzia o cego a uma vida dependente da caridade, hoje a medicina e a tecnologia têm dado alguns passos no sentido de minorar as graves e várias dificuldades que se colocam ao cego.

Cabe-nos neste número do «Elo» apresentar um aparelho que através de ultra-sons se constitui como um bom auxiliar de locomoção. O princípio biológico em que ele se baseia é o mesmo que permite aos morcegos, quando à noite vagueiam, detectar com precisão onde estão os obstáculos.

Passemos a ver a sua constituição:

Uns óculos de aparência quase normal que têm uns micro-altifalantes nas hastes na zona que prende os óculos às orelhas. Da haste esquerda parte um fio que vai ligar-se a um pequeno aparelho.

Esse pequeno aparelho pode ser transportado num bolso ou numa bolsa de cabedal própria.

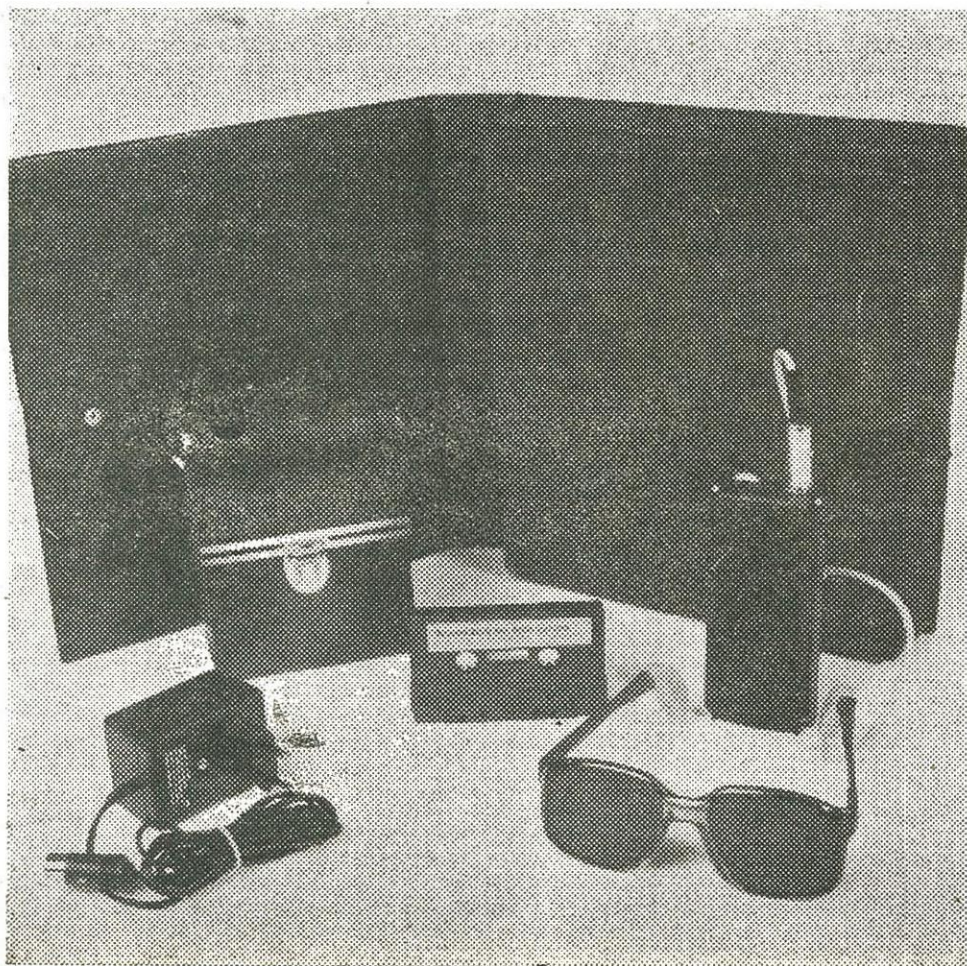
Nesse aparelho encontramos no seu topo um botão que regula o volume do som, um comutador de distâncias e uma ficha de entrada do cabo que vem aos óculos ou do cabo que carrega o aparelho.

Colocados os óculos e ligando o aparelho, o uten-

te, se estiver com qualquer tipo de obstáculo à sua frente e desde que o mesmo esteja acima da cintura, começa a receber sons nos ouvidos. Para fácil compreensão, digamos que os óculos funcionam como os fârois de de um automóvel e a simples rotação da cabeça provoca sons diferentes ou a ausência de qualquer som se se olhar para um espaço aberto.

Cerca de 30 horas são as necessárias para se entender a tal melodia e se tirar o rendimento possível neste aparelho.

No próximo número do «Elo» daremos notícias mais concretas e precisas.



A ADFA DISTRIBUIU MENSAGEM AO POVO PORTUGUÊS

A ADFA, através dos seus órgãos sociais centrais, na passagem do 7.º aniversário do 25 de Abril, dirigiu uma mensagem ao Povo Português. O texto impresso, contendo o emblema da ADFA, o símbolo do Congresso da Associação e o símbolo do Ano Internacional do Deficiente, foi profusamente distribuído em vários pontos do País directamente à população por deficientes das Forças Armadas. Foi do seguinte teor esta mensagem.

DA LIBERDADE CONQUISTADA A LIBERDADE EXERCIDA NOS DIREITOS A REALIZAR

Ao passar o 7.º Aniversário do 25 de Abril, data que permanece como o símbolo da esperança de uma sociedade mais justa, comemora-se também o Ano Internacional do Deficiente, proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, com o qual se pretende chamar a atenção da consciência da humanidade para o lugar de pleno direito que os deficientes devem ocupar na sociedade.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda o 25 de Abril com a liberdade que possibilitou fazer do Povo Português obreiro do seu próprio futuro.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas saúda também e comemora o Ano Internacional do Deficiente como oportunidade ímpar de os deficientes exigirem dos governos e da sociedade as condições necessárias para um futuro digno e à medida de cidadãos não discriminados que querem ser. Mas, para além de um ano que consciencialize a sociedade, os deficientes querem uma vida com os seus direitos realizados.

II CONGRESSO NACIONAL DA ADFA

Nos dias 15, 16 e 17 de Maio, enquadrado nas comemorações do Ano Internacional do Deficiente, a ADFA vai realizar o seu II Congresso Nacional, onde procurará encontrar soluções para os problemas ainda em aberto, provocados pela longa e injusta guerra colonial, materializados em milhares de deficientes e militares falecidos.

Neste Congresso, a ADFA vai discutir as formas de ligação a todos os deficientes portugueses para, em conjunto, se desbravar os caminhos da reabilitação e da integração social.

Sete anos após o 25 de Abril continua a haver deficientes a estender a mão à caridade pública como único meio de sobrevivência. Urge pôr fim à marginalização, no espírito do Ano Internacional do Deficiente; urge concretizar a esperança que Abril para todos fez nascer. Para isso, os deficientes têm que se afirmar com a sua força organizativa.

MANIFESTAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS EM 15 DE MAIO

No dia 15 de Maio, às 18 horas, os deficientes das Forças Armadas vão realizar uma manifestação até ao Ministério da Defesa Nacional; vão expressar publicamente o seu descontentamento face à falta de resposta que o governo vem dando às suas mais elementares reivindicações; vão contestar as medidas de retrocesso que o governo adoptou e as favoráveis que congelou; vão afirmar publicamente a não adesão, de facto, do governo Português aos objectivos do Ano Internacional do Deficiente.

Com a liberdade em 25 de Abril conquistada, os deficientes das Forças Armadas chamam a atenção do Povo Português para o profundo significado do Ano Internacional do Deficiente e para a necessidade de, com urgência, em Portugal se cumprirem os seus objectivos.

Na passagem de mais um aniversário da revolução que pacificamente acabou com a violência de uma guerra de 13 anos e de um regime de 48, os deficientes das Forças Armadas, testemunho vivo de um passado de opressão que hoje não se pode esconder, saudam todo o Povo Português empenhado em liberdade, na construção de um futuro mais à medida dos seus anseios.

ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
25 ABRIL DE 1981

TIRAGEM DESTE NÚMERO
9000 EXEMPLARES

BIBLIOTECA SONORA

OS SÓCIOS PODEM REQUISITAR CASSETES À ADFA

Como já foi noticiado no «ELO», há, a partir de agora, a possibilidade de os Deficientes das Forças Armadas invisuais utilizarem as obras gravadas da Biblioteca Sonora do Porto.

Os nossos sócios deverão requisitar as cassetes ao Departamento de Educação e Cultura da ADFA, quer por escrito, quer pelo telefone ou mesmo pessoalmente, e este departamento encaminhará os seus pedidos para a Biblioteca Sonora do Porto fazendo depois chegar as cassetes ao destinatário que poderá ficar com elas durante o período máximo de dois meses.

Neste número do «ELO» é publicada a parte do catálogo referente às obras de Literatura Portuguesa, por ordem alfabética dos autores. À frente de cada obra aparece o número da cassette que terá sempre de ser indicado quando for feita a requisição.

Portanto, quando um sócio quiser pedir uma determinada obra, mencionará o nome do autor, o título da obra que pretende ler e o número da cassette. Não esquecer também de indicar o nome, a morada completa e o n.º de sócio.

Porque existe um grande volume de pedidos, os sócios deverão apresentar sempre mais três ou quatro obras em alternativa, para o caso de aquela que querem requisitar não estar disponível.

O Catálogo das obras da Biblioteca Sonora do Porto, além da Secção de Literatura Portuguesa, agora apresentada, tem ainda Secções de: Filosofia, Religião, Direito, Política, Ensino, Ciências Puras, Ciências Aplicadas, Belas Artes, Teatros, Música, Desporto, Literatura Brasileira e Estrangeira, História, Geografia, Biografias, que irão sendo publicadas nos próximos números do «ELO».

LITERATURA

Literatura Portuguesa

ALMEIDA, Filho de	
— Os gatos	Cas. 479/482
ANDERSEN, Sophia de Mello Breyner	
— Poesia	Cas. 832
BEIRÃO, Sarah	
— O Solar da Boavista	Cas. 233
BRANDÃO, Raul	
— A Farsa	
— História de um palhaço	
— A morte do palhaço e o mistério da árvore	Cas. 622
CAMÕES, Luís de	
— Os Lusíadas	Cas. 6
— Os Lusíadas (ed. escolar)	Cas. 333/335
CAMPOS Júnior	
— A Filha do Polaco	Cas. 79/82
CARNEIRO, Mário de Sá	

— Cartas a Fernando Pessoa	Cas. 891/892
— O Céu em fogo	
— Confissão de Lúcio	
— Poesia	Cas. 892
CASTELO BRANCO, Camilo	
— Amor de perdição	
— Estrelas propícias	Cas. 84
— A Brasileira de Prazins	Cas. 363
— Coração, cabeça, estômago	Cas. 119
— A Corja	Cas. 505
— Cousas leves e pesadas	Cas. 732
— Doze casamentos felizes	Cas. 51
— Duas horas de leitura	Cas. 732
— Estrelas propícias	Cas. 84
— Eusébio Macário	Cas. 505
— A Filha do dr. Negro	Cas. 464
— Horas de Paz	Cas. 529
— Novelas do Minho	Cas. 50/51
— A queda de um anjo	Cas. 148
CASTRO, Fernanda de	
— Maria da Lua	Cas. 234
GASTRO, Ferreira de	
— Emigrantes	Cas. 516
— Eternidade	Cas. 944
— A lã e a neve	Cas. 619
— As maravilhas artísticas do mundo	Cas. 992/997
— A Missão	Cas. 21
— Pequenos mundos e velhas civilizações	
— A Selva	Cas. 989/991
— Terra fria	Cas. 21
— A volta ao mundo	Cas. 834
CHAGAS, Manuel Pinheiro	
— A flor seca	
— A lenda da meia-noite	Cas. 440
COELHO, Trindade	
— In illo tempore	Cas. 741
CORREIA, João de Araújo	
— Contos bárbaros	
— Contos durienses	Cas. 97
CORREIA, Romeu	
— Bonecos de luz	
— Trapo azul	Cas. 339
— Casaco de fogo	
— O vagabundo das mãos de ouro	Cas. 341
COSTA, Beatriz	
— Quando os Vascos eram Santanas	Cas. 932
— Sem papas na língua	Cas. 740
COUTO, Diogo do	
— O soldado prático	Cas. 874
DANTAS, Júlio	
— Pátria portuguesa	Cas. 129
DINIS, Júlio	
— Uma Família Inglesa	
— O espólio do sr. Cipriano	
— Justiça de S. Magestade	
— Os Novelos da tia Filomena	
— Um segredo de família	Cas. 224/225
— Os Fidalgos da Casa Mourisca	Cas. 183/210
— A Morgadinha dos Canaviais	
— Serões da Província — 1.º vol.	Cas. 17/18
— As Pupilas do sr. Reitor	Cas. 167
DIONÍSIO, Mário	
— Dia cinzento e outros contos	Cas. 288
DOMINGUES, Mário	
— Junot em Portugal	Cas. 560/1
— Moisés	Cas. 473/474
— O Prior do Crato contra Filipe II	Cas. 538/539
FERREIRA, António	
— A Castro	Cas. 381
FERREIRA, José Gomes	
— Aventuras maravilhosas de João-sem-medo	
— Imitação dos dias	Cas. 410
— O mundo dos outros	Cas. 455
— Poesia	Cas. 836
FERREIRA, Virgílio	
— Aparição	
— Face sangrenta	Cas. 16
FIGUEIREDO, Antero de	
— Deonor Teles, «Flor da altura»	Cas. 159
FOGAÇA, Marisabel Xavier	
— Almas sem Deus	Cas. 236
— Cristiana e eu	Cas. 263
— Não sei quem sou!	Cas. 264
GAIO, Silva	
— Mário	Cas. 274/275
GALVÃO, Henrique	
— Impala	
— Kurika	Cas. 525
GAMA, Arnaldo	
— O segredo do Abade	Cas. 552
— A última dona de S. Nicolau	Cas. 551
GARRETT, Almeida	
— O Alfageme de Santarém	
— Um Auto de Gil Vicente	
— Frei Luís de Sousa	
— A Sobrinha do Marquês	Cas. 1
— Arco de Santana	
— Flores sem fruto	
— Folhas caídas	Cas. 2
— Viagens na minha terra	Cas. 328
GIL, Augusto	
— Obras completas	Cas. 550
GOMES, Soeiro Pereira	
— Engrenagem	
— Esteiros	Cas. 319
HERCULANO, Alexandre	
— O bobo	Cas. 96
— Eurico, o Presbítero	Cas. 95/6
— Lendas e narrativas	Cas. 8/8-A
— O Monge de Cistér	Cas. 601/2
— O Pároco da Aldela	Cas. 802
IVO, Pedro	
— O selo da roda	Cas. 261
JUNQUEIRO, Guerra	
— Poesias	Cas. 820
LISBOA, Irene	
— Uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma	

— Título qualquer serve	Cas. 519
LOUSADA, Coelho	
— A Rua escura	
— Os Tripeiros	Cas. 4
LUIS, Agustina Bessa	
— O Manto	Cas. 620
— Sermão de fogo	Cas. 91
MACHADO, Dinis	
— O que diz Molero	Cas. 563
MALHEIRO, Alexandre	
— Amaram-se na selva	
— O Morgado dos Vales	Cas. 584
MENDONÇA, A. Pedro Lopes de	
— Memórias de um doido	Cas. 100
MENDONÇA, Henrique Lopes de	
— De capa e espada	
— Gente namorada	Cas. 156
— Fumos da Índia	
— Santos de casa	Cas. 157
— Lanças em África	
— Sangue português	Cas. 155
MIGUÉIS, José Rodrigues	
— Leah e outras histórias	Cas. 387
MONTEIRO, A. Campos	
— Ares da minha serra	
— Camilo Alcoforado	
— Miss Esfinge	Cas. 19/20
MONTEIRO, Domingos	
— Contos do dia e da noite	
— Enfermaria	Cas. 83
MONTEIRO, Luís de Sttau	
— Angústia para o jantar	
— Um Homem não chora	Cas. 118
— Felizmente há luar	
— A guerra santa	
— Todos os anos pela Primavera	Cas. 530

MANIFESTAÇÃO DE 15 DE MAIO

(Continuação da 1.ª pág.)
contemplar também os deficientes do serviço e aqueles cujos acidentes não foram considerados em serviço. Através das diligências da ADFA conseguiu-se que o Ministério da Defesa Nacional elaborasse um projecto de alteração do Decreto-Lei n.º 43/76. A ADFA em 1978 pronunciou-se sobre este projecto, de uma forma realista. A ADFA, no parecer emitido, admitia a resolução, em parte, da situação dos deficientes não considerados em campanha, isto é, abdicava da sua posição inicial, em que pretendia o mesmo estatuto para todos.

Na sequência deste parecer realista da Associação, o Ministério da Defesa desencadeou um conjunto de trabalhos que, através da participação da ADFA, Estados Maiores e outras entidades, levaram à elaboração de novo projecto. Este último projecto, de morosa elaboração, estava já pronto em 1979. Foi em Setembro de 1980 que o Ministério da Defesa entregou o referido projecto à ADFA, dizendo que «tinha pés para andar», isto é, havia a intenção de aprová-lo e «o mais rapidamente possível».

Foi o próprio Ministério da Defesa, numa atitude que apreciámos, que propôs à ADFA a constituição de um grupo de trabalho, com a participação da Associação, para elaboração de redacção final. Esse grupo de trabalho não chegou a funcionar, porque em Novembro do mesmo Ministro (Amaro da Costa) cortou os pés aquilo que, no seu dizer, um mês antes tinha «pés para

andar», congelando assim o projecto.

Há que dizer que este projecto satisfazia em muito as reivindicações fundamentais da ADFA. Havia, é certo, algumas propostas a apresentar, mas que, pensamos, eram aceitáveis.

Na sequência desta situação, em Janeiro, surgem as medidas de retrocesso: a CMRA é extinta (com data de Novembro) e chegam à ADFA notícias sobre a intenção do Governo em cortar os subsídios de invalidez aos deficientes das Forças Armadas.

Através dos contactos estabelecidos a partir de Janeiro com o actual Secretário de Estado da Defesa Nacional, conseguiu-se deste a promessa de que não se cortariam as pensões, mas a extinção do CMRA foi confirmada e o projecto de alteração do Decreto-Lei n.º 43/76 continuou congelado.

Também congelado continua o projecto do Decreto-Lei sobre os grandes deficientes não em serviço que teve uma história e percurso semelhante ao outro.

Estas são as razões que levam os deficientes das Forças Armadas a manifestarem-se publicamente. Pretendem apenas a satisfação das suas reivindicações que são justas, realistas e exequíveis. Apenas isso. Qualquer outra interpretação que se pretenda dar à manifestação dos deficientes das Forças Armadas é abusiva.

O que anima os deficientes das Forças Armadas na sua luta, de que não se demitem, é a necessidade da criação de condições para a sua integração social, para levarem uma vida plenamente vivida, sem marginalizações.

ADFA E BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO PROMOVERAM EXPOSIÇÃO SOBRE O AID

No âmbito das comemorações do Ano Internacional do Deficiente, a ADFA, conjuntamente com a Biblioteca Pública Municipal do Porto, promoveu, nas instalações desta, uma exposição.

Inaugurada no dia 22 de Abril, a exposição manter-se-á aberta ao público até ao dia 5 de Maio e consta da apresentação de materiais ortopédicos (próteses, ortóteses e outro material de compensação), cartazes, fotografias e livros sobre deficientes e reabilitação.

No dia 22 de Abril foi proferida uma palestra pelo dr. Filipe Rocha do Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão subordinada ao tema «reabilitação, a gestão do tempo».

No dia 4 de Maio realizou-se uma mesa redonda promovida pela ADFA sobre a problemática da reabilitação e integração social dos deficientes.

A televisão apresentou uma reportagem sobre esta exposição no dia 28 de Abril.

Também a RDP tem vindo a apresentar alguns apontamentos sobre as actividades da ADFA no Porto na sequência de uma reportagem realizada na delegação da Associação.

«MORGADO»

Um conto de MIGUEL TORGA

Apresentamos mais um conto de Miguel Torga.

Resumidamente referido no último número do «ELO», este autor contemporâneo escreveu vários contos sobre animais que dotou de uma faculdade que só ao homem é inerente — o pensamento.

As relações entre os homens e os animais domésticos, a dedicação destes àquele, uma certa incompreensão do homem e uma reveladora compreensão do animal, são temas que Miguel Torga trata nestes contos.

O Morgado é o cavalo dedicado e solidário que só veio a compreender a verdadeira dimensão da forma como o dono o encarava (tão diferente da sua em relação ao dono!) quando este, perante a voragem dos lobos, lamenta não o fiel e deicado companheiro que perde (que, aliás, abandona depois de lhe retirar os aparelhos), mas as dezassete libras que ele valia.

A ceia, o patrão, com cara de poucos amigos, recusara-lhe as festas desta maneira: — Deixa-te lá de brincadeiras e enche-me esse bandulho, que amanhã de madrugada, nem que chovam picaretas...

Tal e qual. Meteu a viola no saco, claro, e atirou-se ao penso como pôde. Mas não sentiu vontade. Tinha ainda no estômago os tojos que despontara à tarde no monte, e andava, sem saber porquê, de coração apertado. Aiém disso, aqueles modos do dono até parecia que endureciam o feno. A gente também vive de boas palavras. E, verdade se diga, gostava do sujeito. Desde que ele, há seis anos, na feira dos vinte e três o distinguiu no meio dum regimento de azémolas e lhe dera uma palmada rija na anca, simpatizara com a sua figura atarracada, verme-

lha, a respirar saúde e bonomia.

— Quanto custa o Jerico?

— Vinte libras.

— Não é estampa para tanto dinhelro.

— Ai o alma do diabo a desfazer!

— Vinte libras, nem menos um real.

— Deixe o garrano por dezasseis, e já é caro como fogo...

O cigano! Mas logo que o viu contar as dezasseis moedas e pegar-lhe à arreata, cantou aleluis. Estava farto das bebedelras do Pregelhuças. Cheio até às orelhas de subir a malvada ladeira da Queda e ouvir-lhe as asneiras de bebedolas. Mas era um macho! Aguentava no lombo quinze alqueires de pão como se fossem quinze alqueires de penas. Estribado nisso, o moleiro, com cardina ou sem ela,

nas feiras, punha o prezo em vinte libras. Resultado: ninguém o levava.

— Você quer que lho carreguem de oiro!

— É pegar ou largar.

E tinha de regressar à loja, à maldita loja encostada ao moinho, ao lado da roda, sempre molhada e toldada de barulheira, e no dia seguinte trepar novamente a encosta, ao som da ladainha do costume.

Zumba na barra da saia, ó Zé...

Comida — carqueja, palha cevada estreme, e só lá de tempos a tempos uma pitada de grão. Vida negra! Por isso, quando viu o contrato fechado, sentiu-se redimido. E, apenas o novo dono se lhe escanchou em cima e seguiram pela estrada de Feitais, parecia-lhe que tinha asas, de tão feliz. À chegada, logo uma manta a resguardá-lo dum esfriado, e milhão branco e graúdo, na manjedoura. Um céu aberto! Evidentemente que não havia só rosas naquela casa. Longe disso! O macho dum almocreve, sabe Deus... Mas, bem comido e bebido, um homem trabalhava com alegria. De mais a mais se o patrão, às tantas, diz o seu dito engraçado, a animar:

— Ah, Morgado, que me borras a pintural

Nem respondia. E assim que o arrocho dava o último apertão à cilha, largava à frente da rédua, de pendão erguido.

Desta vez, infelizmente, o caso era mais complicado. A ceia corra mal, iam sozinho, e os bons dias foram este consolo, pouco mais ou menos:

— Vamos lá! Vamos lá, que são seis léguas de serra...

Não gostava de semelhantes modos. Arrenegava de viagens mal principiadas. De maneira que recebeu a carga aperreado, e meteu-se ao caminho a malucar no pior.

Tinham passado a última povoação do concelho e seguiam agora pela estrada velha de Arcã, sumidos na escuridão, varados de lado a lado por uma chuvinha gelada e teimosa. Mas o inverno corria daquela maneira: ou nevéos de cair a alma de tristeza, ou então um tempo assim, frio, húmido, cortado por lufadas ásperez de ventania. O patrão pegava-lhe à arreata. Ambos calados. Só os passos no saibro duro os relevavam ao ouvido atento das penedias, que escutavam das trevas.

Não se lembrava de ter feito em toda a vida jornada que se parecesse. Nunca lhe acontecera, como hoje, ir com os cinco sentidos num alarme constante. Que raio de madrugada mais tenebrosa! Em vez de encher a alma de esperança, cobria-a de agoiro! E, sem querer, Morgado começou a sentir o corpo arrepiado e a desejar com desespero a luz da manhã.

Ah, mas sabe Deus onde viria ainda o dia! Seis léguas de serra, se entendera bem. Pelos vistos, era tirada até ao vale de Vila Pouca. Daí a necessidade de aproveitarem as horas mortas da noite. E todo o pélo se lhe crispava, à ideia de que faltava muito ainda pa-

ra que o sol alumiasse a terra e tirasse à caminhada o ar de pesadelo que a tornava infundável. É certo que a presença do dono o sossegava um pouco. Embora o não visse, por causa do comprimento da rabeira e da negrura cerrada, sabia que caminhava à frente, pronto para o que desse e viesse. E que raio poderia acontecer? Tropear? Não aguentar a carga? Se fosse apenas isso! Embora pessimamente dormido e com a barriga vazia, nem as pernas lhe quebravam às primeiras, nem três sacos de centeio lhe faziam moossa. Os aborrecimentos que temia eram doutra natureza... Qualquer encontro desagradável, por exemplo...

Nem de propósito! Ele a pensar no mal, e a ponta um uivo tenebroso a furar-lhe os ouvidos.

Um arrepio fundo percorreu-lhe o corpo. E, a seguir, todo ele ficou hirtto, frio, pregado ao chão, num pânico mortal. Obra de um segundo, apenas. O justo tempo de a arreata ficar esticada entre a mão que a segurava e o argolão do cabresto. E que reagiu logo. Que diabo-la ali quem o defendesse... Não havia razão para um terror assim!

Mas o dono, enigmaticamente, recuava. Aos poucos, encurtava os passos e chegava-se ao seu bafo. Maul...

Novo uivo, quase sobre eles, fendeu a noite. E ambos, agora como se fossem um só, de tão cingidos, se puseram a pisar o chão ao de leve, encolhidos no bioco da noite, com a respiração suspensa.

Tolice pura, porque de nada lhes valia o disfarce. Morgado sabia-o bem. O instinto já o avisara de que tinham à perna alcateia esfaimada, capaz de farejar a presa a cem léguas de distância. De resto, os uivos eram de tal modo cerrados à volta, que só mesmo um milagre.

Ah, sim, o coração não lhe vaticinava coisa boa do passeio. Há dias que trazia dentro do peito um pressentimento negro. Depois, a repugnância da ceia, o acordar sobressaltado, as horas soturnas do caminho, e, a coroar tudo, o silêncio enigmático e desacomostumado do dono...

Mas, precisamente, o dono erguia a voz do poço onde a sepultara:

— Estamos perdidos, Morgado! Raios partam a minha pouca sortel!

Não sabia que razão levava o almocreve a proceder daquela maneira. A que propósito dizia coisas à toa, berrava, batia com força as botas grossas no chão, como se quisesse sozinho fazer barulho por trinta? Talvez ten-

tasse amedrontar as feras, dando a entender que seguia ali um regimento de recoveiros com a respectiva caterva de bestas. Pois sim! Se pensava isso, enganava-se redondamente. Mais por adivinhar que por distinguir, Morgado antevira já uns olhos incendiados de fome a espreitá-los do coração da noite. E o patrão decerto os notara também, porque agora pusera-se a petiscar lume num seixo com a folha de aço da navilha. Como se os lobos tivessem medo das pobres faíscas que lhe saíam das mãos trémulas e garanhas! Se apenas dispunha desse recurso, se não trazia no bolso um daqueles pistoles com que nas feiras, quando havia zaragata, os homens se matavam uns aos outros, estavam liquidados. Ali só mesmo um dos tais estoiros medonhos que pareciam trovões e desfaziavam os ajuntamentos num suspiro. Ou isso, ou nada. Eram já três vultos que vislumbra na escuridão, calados, mas resolutos.

Ora, em vez de sacar do tal instrumento que, a trinta ou quarenta passos de distância mandava um cristão desta para melhor, o dono, depois do ridículo arraial de pirilampas, chegou-se a ele e, sem mesmo o fazer parar, cortou dum golpe as cordas que seguravam a carga. Os sacos de centeio caíram espapaçados no lagedo.

Que raio de manobra era aquela? Pretenderia o patrão tentar a fuga? Queria trepar-lhe ao lombo e abrir caminho pela serra fora? Nem mais. Mas uma triste ideia, aliás. Ele, Morgado, já não tinha as pernas da mocidade. Muito embora se considerasse ainda um animal capaz de cumprir o seu dever, não lhe pedissem semelhante bonito, depois de três horas de jornada, mal dormido e mal comido, e, ainda por cima, num caminho de pedras e com uma alcateia à ilharga. Tudo tem os seus limites. Além de que um macho não é bicho de correrias. Isso é lá com pilecas de ciganos.

— É o único recurso...

Seria. Mas punha-lhe dúvidas... Em todo o caso, não pensasse o amo que se negava. Não. Galopava à sobreposse, e assim havia de continuar até rebentar os peitos. Se discordava da resolução tomada, é porque realmente estava convencido de que nada se resolvia com panos quentes.

— Anda, Morgado, que eles vêm aí!

Que novidade. Outra coisa é que seria para admirar.

Depois de o aliviar da carga, o dono saltara-lhe para cima, dera-lhe meia volta e metera-o a toda abrida a ce-

minho de casa. Infelizmente, a alcateia fizera o mesmo. E ali iam à desfida também, quase ao lado, cinco lobos medonhos. Ah, o patrão não ter um trabuco dos tais! Assim, era a perdição.

E a manhã sem romper! Levava os cascos em ferida, sentia o suor cair-lhe em fonte pelas virilhas, todo o corpo dizia bonda ao desatino de semelhante desfida, e nem ao menos um sinal de alvorerer!

Quanto mais corria, mais o vento lhe soprava nos ouvidos. Assobiava de tal modo, que parecia fazer troça daquela fuga desordenada.

— Aguenta, Morgado! Não esmoreças, pelo amor de quem lá tens!

Pois sim. O ponto era poder. Muito embora quisesse valer à aflição do dono, e à sua também, as pernas negavam-se. Por isso, pouco a pouco, foi abrandando o passo, a fazer sabe Deus que sacrifício para não cair redondo no chão.

— Grande ladrão, que me atraçoas!

A paga que recebia! Não bastavam as chicotadas secas e continuas que, com a sogá da rabeira, lhe dava na cabeça, nas ancas e onde calhava, ainda um insulto daqueles. Mas chegara ao limite das forças. Batsesse, espetasse mesmo a ponta da ravelha, à laia de espóra, fizesse o que entendesse... Fora até onde podia. Agora...

— Excomungado! Desgraças-nos a ambos!

Paciência. Quem dá o que tem...

Um lobo saltara já do barranco para a estrada.

— Minhas riquezas dezassete libras...

Não percebeu. Parara exausto, com o corpo em fogo e a cabeça tonta da mordida e das vergastadas que recebera. E não abrangeu logo o sentido verdadeiro de semelhantes palavras numa hora assim.

— A estas digo-lhes adeus.

Mas apenas o almocreve desmontou, e num relâmpago lhe tirou os aparelhos, acabou por compreender que o ia abandonar ali, esfalfado, coberto de suor, indefeso, à fome do inimigo. Salvava a vida com a vida dele... E lamentava as suas dezassete libras!

E, afinal, a manhã vinha a romper!... Só quando viu o dono a caminhar pela serra fora de albarda às costas — não se envergonhar! — e sentiu os dentes do primeiro lobo cravados no pescoço, é que reparou que a luz do dia começara a desenhar as costas e a dar significação a tudo.

QUEIRAM CONSIDERAR-ME ASSINANTE DO «ELO» ÓRGÃO CENTRAL DA A. D. F. A.

NOME

MORADA

LOCALIDADE

CÓDIGO POSTAL

Para o que junto envio a quantia:

PORTUGAL

ASSINATURA ANUAL 200\$00

ASSINATURA SEMESTRAL ... 100\$00

ESTRANGEIRO

ASSINATURA ANUAL 400\$00

ASSINATURA SEMESTRAL ... 200\$00

Assinale no respectivo quadrado com um X o que lhe interessa

A verba correspondente pode ser enviada em Cheque ou Vale de Correio

Recorte e envie à

Redacção do «ELO»
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 Lisboa Codex

A ESMOLA AMESQUINHA, O TRABALHO DIGNIFICA!

TRANSPORTE DOS SÓCIOS

PARA A MANIFESTAÇÃO DE 15 DE MAIO

Os sócios que se deslocam a Lisboa para a manifestação da Associação no dia 15 de Maio devem dirigir-se às delegações da sua área, onde estão a ser organizados transportes em autocarros.

É importante que se dirijam às delegações a que pertencem o mais rapidamente possível para fazerem a sua inscrição.

Participa na manifestação, transportando-te através de autocarro, comboio ou por meios próprios. É importante a presença de todos.

EM 21 DE ABRIL

CONSELHO NACIONAL DE REABILITAÇÃO APROVOU PLANO DE ACTIVIDADES DO SECRETARIADO PARA 1981

Em reunião ordinária de 21 de Abril, o Conselho Nacional de Reabilitação aprovou o plano de actividades do Secretariado para 1981 e o respectivo orçamento.

Neste plano de actividades destaca-se a programação de várias acções para o sector da infância e juventude e o arranque da Divisão da Terceira idade. Relativamente ao sector da população adulta prevê-se essencialmente execução de acções cujos objectivos vinham já sendo definidos em 1980.

No plano de actividades agora aprovado prevê-se a criação, no secretariado, de um núcleo de pesquisa que inclua deficientes, o qual encoraje os estudos conducentes a medidas concretas que facilitem e estimulem a integração de deficientes em actividades sociais, económicas, culturais, religiosas, laborais ou políticas da comunidade. «Aponta-se também para a necessidade de repensar a estrutura organizativa do Secretariado Nacional de Reabilitação, substituindo uma orgânica apoiada em destinatários por outra mais dinâmica que vise objectivos».

Sendo, como se sabe, no

âmbito do Secretariado Nacional de Reabilitação que se desenvolvem as actividades próprias das Comemorações do Ano Internacional do Deficiente, o plano de actividades para 1981 é condicionado pela própria dinâmica do A. I. D..

Infância e juventude

No âmbito da Divisão da Infância e Juventude, destacam-se as seguintes acções a realizar:

— Implantação do cartão de grávida e do boletim de saúde infantil.

— Levantamento dos serviços e acções desenvolvidas pelo M. A. S. e M. E. C. no rastreio, observação, avaliação e orientação de crianças com problemas, tendo-se em vista o estudo do atendimento a prestar e a definição de competências.

— Estudo de medidas legislativas para a atribuição e aquisição de dispositivos de compensação.

— Estudo de medidas de apoio económico-social à família e à criança, nomeadamente através da regulamentação do decreto-Lei n.º 503/80.

— Concluir e manter actualizado o levantamento

nacional das instituições públicas e privadas que se dedicam à educação especial.

— Definir e pôr em prática uma política global e condenada para o sector da educação especial.

População adulta

Quanto à Divisão da População Adulta, prevê-se:

— Garantir o funcionamento do Grupo de Trabalho sobre legislação de trabalho e política de emprego.

— Constituir e assegurar o funcionamento do Grupo de Trabalho sobre emprego na função pública.

— Promover a publicação do diploma sobre trabalho protegido.

— Empenhar-se em iniciativas relativas à eliminação de barreiras arquitectónicas.

— Apresentar uma proposta de revisão do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (R. G. E. U.) ao Ministro da Habitação e Obras Públicas.

— Assegurar o funcionamento do Grupo de Trabalho sobre transportes colectivos públicos urbanos para deficientes.

— Assegurar o funcionamento do Grupo de Trabalho sobre transportes em Caminhos de Ferro com acesso a deficientes.

— Assegurar o funcionamento do Grupo de Trabalho sobre transportes colectivos públicos (carreiras internacionais) com acesso a deficientes.

— Criação de legislação na área do estacionamento de viaturas privadas dos deficientes.

— Definir prioridades no que se refere a estruturas de atendimento a grávidas deficientes.

— Colaborar na revisão da legislação sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.

— Publicação do guia do deficiente.

Terceira idade

Na Divisão da Terceira Idade, em fase de arranque, prevê-se:

— Inserção da Divisão na orgânica da Direcção dos Serviços de Reabilitação, em articulação com as outras Divisões.

— Apetrechamento gradual em meios materiais e Primários.

— Criação de instrumentos de trabalho, através de ficheiros, arquivos, etc.

Orçamento

O orçamento do Secretariado Nacional de Reabilitação para 1981 é de

cento e dois mil e trinta contos.

Há a salientar que desta verba foram afectados vinte mil contos para as Comemorações do Ano Internacional do Deficiente.

Actividades do Secretariado no 1.º trimestre de 1981

Entretanto, nesta reunião do Conselho Nacional de Reabilitação, o Secretário Nacional apresentou um apanhado das actividades do Secretariado durante os três primeiros meses deste ano.

Neste documento, além do normal funcionamento dos serviços e grupos de

trabalho, destacam-se as seguintes actividades:

— Lançamento de um inquérito a instituições de e para deficientes, no âmbito do objectivo «Levantamento de Meios».

— Elaboração de parecer sobre projecto de isenções oficiais dos materiais de compensação para deficientes.

— Ultimeiração do Guia do Deficiente.

— Lançamento do Boletim Informativo do Secretariado.

Há ainda a realçar o empenhamento de toda a estrutura do Secretariado nas Comemorações do Ano Internacional do Deficiente.

ALARGADA COMISSÃO EXECUTIVA DO A. I. D. A MAIS DUAS ASSOCIAÇÕES DE DEFICIENTES

A Comissão Executiva Nacional do Ano Internacional do Deficiente foi alargada, passando a ser integrada por quatro representantes das instituições representativas dos deficientes, em vez dos dois que vinha integrando.

Esta decisão do Governo consta da Resolução n.º 61-J/81, publicada no Diário da República de 30 de Março e que vem, por conseguinte, alterar a Resolução n.º 411/80, de 22 de Dezembro.

A Comissão Executiva Nacional, encarregada de programar e executar as acções a desencadear no A. I. D., passa, assim, a ter a seguinte composição: Secretário Nacional de Reabilitação, que presidirá; Representantes dos Ministérios dos

Assuntos Sociais, do Trabalho e da Educação e Ciência no conselho directivo do Secretariado Nacional de Reabilitação; um representante do Secretário de Estado da Comunicação Social e do Secretário de Estado dos Transportes Interiores; quatro representantes das instituições representativas dos deficientes com assento na Comissão Nacional, a escolher livremente essas instituições.

Este alargamento da Comissão Executiva surge na sequência da posição assumida pela A. D. F. A. (conforme noticiado em números anteriores do «Elo») e pelas outras Associações de deficientes que igualmente exigiram o alargamento da comissão.

Depois da publicação

da Resolução a que estamos a fazer referência, realizou-se já uma reunião da Comissão Nacional, no dia 10 de Abril, tendo sido designadas à A. D. F. A. e a Associação de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais para se fazerem representar na Comissão Executiva. Assim, a estas duas Associações, conjuntamente com a APD e a Associação dos Deficientes Sinistrados no Trabalho, cabe a responsabilidade de representarem todos os deficientes portugueses no órgão coordenador das actividades do Ano Internacional do Deficiente, devendo empenhar-se no sentido de que as comemorações correspondam o máximo possível aos anseios dos deficientes e da própria população.

CONSULADO DE PORTUGAL EM HAMBURGO

OFERECEU À ADFA

BOLAS DE FUTEBOL ADAPTADAS PARA CEGOS

O Consulado de Portugal em Hamburgo, na Alemanha Federal, ofereceu recentemente à Associação duas bolas de futebol adaptadas para cegos.

Aproveitando esta oportunidade, a secção de desportos da Associação vai tentar constituir uma equipa de futebol de cegos. Desde já se alerta os sócios interessados para a necessidade de se dirigirem à secção de desportos, caso

estejam interessados nesta modalidade.

A bola própria para os cegos jogarem futebol tem a particularidade de estar interiormente munida de «guizos» que, através do ruído que faz, vai indicando aos jogadores o local onde se encontra.

A secção de desportos da Associação aproveita, através do «ELO», para agradecer ao Consulado de Portugal em Hamburgo esta oferta.

ELEIÇÕES GERAIS NA ADFA EM 18 DE JULHO

No dia 18 de Julho próximo vão realizar-se eleições na Associação para os órgãos sociais centrais, de zona e de delegação. Assim o deliberaram os actuais órgãos sociais centrais (Mesa da Assembleia Geral Nacional, Direcção Central e Conselho Fiscal Central), tendo-o feito nos seguintes termos:

«Apesar de as eleições para os actuais órgãos sociais centrais, realizadas em 21 de Junho de 1980, haverem sido convocadas por dois naos; não obstante os actuais órgãos sociais centrais se sentirem capazes e motivados para prosseguirem o seu mandato até ao fim; mas considerando, no entanto, que se deve retomar a simultaneidade do acto eleitoral para todos os órgãos sociais da Associação; considerando ainda que cada acto eleitoral é mais um exercício democrático que dignifica e fortalece a Associação;

Os órgãos sociais centrais decidem marcar eleições gerais da Associação (órgãos sociais centrais, regionais e locais) para o dia 18 de Julho de 1981.»

